



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (MPEDU)

MÉRCIA OLIVEIRA PEREIRA

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO - PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, UM OLHAR SOBRE JARDIM- CE

CRATO – CEARÁ

2022

MÉRCIA OLIVEIRA PEREIRA

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO- PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, UM OLHAR SOBRE JARDIM- CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa
MPEDU, da Universidade Regional do Cariri –
Campus Pimenta, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa I: Práticas Educativas,
Culturas e Diversidades.
Sublinha II: Patrimônio, Práticas Culturais e
Etnias.

Orientador: Prof. PhD. Josier Ferreira da Silva

CRATO – CEARÁ

2022

MÉRCIA OLIVEIRA PEREIRA

**PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO- PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, UM OLHAR SOBRE JARDIM- CE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa MPEDU, da Universidade Regional do Cariri – Campus Pimenta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa I: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades.
Sublinha II: Patrimônio, Práticas Culturais e Etnias.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva - Orientador
Universidade Regional do Cariri – URCA

Prof. Dr. Paulo Wendell Alves de Oliveira
Universidade Regional do Cariri – URCA

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

À Deus

AGRADECIMENTOS

Ao Meu Salvador, Deus e pai Grandioso, Príncipe da Paz e Pai da Eternidade, amigo e protetor, meu baluarte. O Criador de todas as coisas, que, mesmo em sua vasta grandeza e infinito poder, se dedica diariamente em derramar suas bênçãos e misericórdias em nossas vidas.

Aos meus pais, Domingos e Lourdes. Meus incentivadores e motivadores. Não teria palavras para expressar meus agradecimentos a essas duas pessoas tão importantes em minha vida, que em nossas vivências me perpassaram saberes múltiplos, sobre viver, sobre resistir e sobre insistir e continuar a despeito de todos antagonismos contraditórios que se dão no imaginário de nosso processo de construção identitária.

A minhas irmãs, Viviane e Valéria, companheiras, confidentes, amigas eternas, presente grandioso em minha vida. Joias preciosas que merecem meu respeito, admiração e sinceros agradecimentos por toda a força e compreensão.

Aos meus irmãos Emerson, Vinicius pelo companheirismo e amizade, e a Demecio, que despertou em mim um olhar mais afetuosos para o desafiador e antagônico cotidiano das relações. A eles o meu respeito e amor.

Ao meu esposo Leonardo por seu amor, companheirismo e apoio ao longo dessa jornada que começamos a trilhar.

Ao professor Josier, por seu compromisso e competência e paciência. Por sua compreensão e principalmente por me inspirar na trajetória academia na busca por conhecimento e inovação na área de educação para o patrimônio e educação patrimonial.

A Professora Cícera, por sua ética, exemplo de dedicação e promoção de saberes, que tem passado por essa caminhada de promoção do MPEDU apesar de todos os desafios e percalços existente. Gratidão por seu apoio e compreensão.

A professor Paulo Wendel e ao professor Carlos Augusto, por suas preciosas sugestões e contribuições como membros da banca avaliadora.

A meus queridos amigos, companheiros de estrada, pessoas que admiro muito guardo com carinho no coração, que me incentivaram e apoiaram ao longo de toda minha trajetória de vida, em especial desta.

A todos aqueles que participaram direta e indiretamente no decorrer dessa pesquisa e que deram contribuições valiosas e de extrema significância. Que essa pesquisa abra portas e que inspire outros a desenvolver trabalhos significantes no âmbito da educação patrimonial.

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a investigar o Patrimônio Cultural da Cidade de Jardim-Ceará, através da análise qualitativa e a partir desse estudo fomentar a proposta de educação patrimonial ao disponibilizar uma cartilha que apresente informações relevantes em relação ao que pode ser considerado patrimônio cultural do município, de modo que esta possa ser usada como instrumento didático pedagógico. Para tanto foi necessário relacionar os conceitos de patrimônio e ressaltar o papel da memória como fonte historicista que promove a possibilidade de preservação da identidade e reconstrução das identidades. Na narrativa de Araripe (1991) em seu texto: Jardim evocações históricas e suaves lembranças, percebe-se a poética descritiva por meio dos relatos vivenciados pelo autor, filho de jardim, fenômenos ocorridos e por ele descritos que caracterizaram a história e memória do município. Permeia-se em seu relato a importância da valorização dos sujeitos através da memória, da educação e dos elementos patrimoniais como os vestígios prediais e históricos presentes na cidade no seu tempo de infância. As bases da história de Jardim estão ancoradas dentro do cristianismo católico, os padres foram os grandes líderes que influenciaram a sociedade jardinense, e influenciam até hoje. A educação patrimonial é de grande relevância. De acordo com Silva (2002) a historicidade do conceito de patrimônio possui uma historicidade em relação à educação. Desta forma estudar os aspectos configurados ao longo dessa dissertação, viabiliza uma construção de saberes voltados a preservação da história e da memória de um povo. Pretende-se mais especificamente: a. Investigar a História de Jardim-Ce; b. Identificar por meio das manifestações narrativas presentes nos acervos bibliográficos o que veem se configurando como patrimônio cultural no município; c. Propor um produto educacional. Alcançar as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas do município, com a promoção da educação patrimonial é conseguir fortalecer e fomentar a construção de novas memórias identitárias, o que dará mais força e direcionamento ao desenvolvimento social local e a preservação do patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Jardim. Educação Patrimonial. Identidade

ABSTRACTY

This research aimed to investigate the Cultural Heritage of the City of Jardim-Ceará, through qualitative analysis and from this study to promote the proposal of heritage education by providing a booklet that presents relevant information in relation to what can be considered cultural heritage of the municipality, so that it can be used as a didactic pedagogical tool. Therefore, it was necessary to relate the concepts of heritage and emphasize the role of memory as a historicist source that promotes the possibility of preserving identity and reconstructing identities. In the narrative of Araripe (1991) in his text: Jardim historical evocations and gentle memories, the descriptive poetics is perceived through the reports experienced by the author, son of Jardim, phenomena that occurred and described by him that characterized the history and memory of the municipality. His report permeates the importance of valuing subjects through memory, education and heritage elements such as building and historical remains present in the city in his childhood. The bases of the history of Jardim are anchored within Catholic Christianity, the priests were the great leaders who influenced the society of Jardim, and still influence today. Heritage education is of great importance. According to Silva (2002) the historicity of the concept of heritage has a historicity in relation to education. In this way, studying the aspects configured throughout this dissertation, enables a construction of knowledge aimed at preserving the history and memory of a people. More specifically, it is intended to: a. Investigate the History of Jardim-Ce; b. Identify, through the narrative manifestations present in the bibliographic collections, what they see as cultural heritage in the municipality; c. Propose an educational product. Reaching primary and secondary schools, public and private in the municipality, with the promotion of heritage education is to be able to strengthen and encourage the construction of new identity memories, which will give more strength and direction to local social development and the preservation of cultural heritage place.

Keywords: Jardim. Heritage Education. Identity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Casarão existente em Jardim	35
Figura 2 – Ilustração da Igreja Matriz	35
Figura 3 - Relógio da Matriz	37
Figura 4 - Museu de Ciências Naturais e de História.....	38
Figura 5 - Coleção Paleontológica.....	38
Figura 6 - Fósseis da coleção do MCNHBJ	39
Figura 7 - Fósseis da coleção do MCNHBJ	39
Figura 8 - Fontes naturais do município de Jardim-CE, Bica do Toré.....	40
Figura 9 - Pontal Mãe Baioca - localizado na Serra do Olho D'Água	40
Figura 10 - Cruzeiro do Pe. Cicero – localizado também na Serra do Olho D'Água	41
Figura 11 - Igreja Matriz – Paroquia Santo Antônio	41
Figura 12 - Cruzeiro – localizada no distrito do Corrente	42
Figura 13 – Riqueza Arquitetônica.....	42
Figura 14 - Festa dos Caretas	43
Figura 15 - Festas dos Pequizeiros	43
Figura 16 - Festa do Padroeiro do município: Santo Antônio.....	44
Figura 17 - Festa do Bom Jesus.....	44
Figura 18 - Festa dos caretas	45
Figura 19 - Passeata do Judas	46
Figura 20 – Festa do Judas	47
Figura 21 – Mapa Territorial do Cariri.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS

CRAJUBAR	Crato, Juazeiro e Barbalha (Municípios)
SECULT	Secretária de Cultural e Turismo
EEEP	Escola de Ensino Médio Profissionalizante
MPEDU	Mestrado Profissional em Educação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IBGE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I – Educação Patrimonial Desafios e Perspectivas	16
2.1	As contradições do ensino no Brasil.	16
2.2	O que é Educação Patrimonial? Como promovê-la?	19
2.3	A Cartilha como suporte didático	22
2.4	O estado da arte: A produção de material didático como promoção da Educação patrimonial de Jardim-CE	24
3	CAPÍTULO II – O que é Patrimônio Cultural?	27
3.1	Conceito de Patrimônio.....	27
3.2	Patrimônio Cultural Material	30
3.3	Patrimônio Cultural Imaterial	31
3.4	Preservação do Patrimônio Cultural	31
3.5	Principais Itens e Bens para Preservação.....	32
3.6	Políticas de Preservação do Patrimônio em Jardim – Ceará	44
4	CAPÍTULO III – JARDIM - CE: UM LUGAR DE MEMÓRIAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E UM BREVE HISTÓRICO	48
4.1	Um breve Histórico: Bases de fixação e povoamento em Jardim-Ceará	48
4.1.1	O encontro com o objeto de pesquisa.....	51
4.1.2	A pesquisa	53
4.1.3	O estado da arte: A produção de material didático como promoção da Educação patrimonial de Jardim-CE	54
4.1.4	A construção da pesquisa: a mediação entre fontes orais, documentais e bibliográficas	55
4.1.5	As memórias de um lugar.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXO A – IMAGENS DA REGIÃO DE JARDIM – CEARÁ.....	67

1 INTRODUÇÃO

“A paisagem onde a gente brincou a primeira vez e a gente com quem conversou a primeira vez não sai mais da mente e eu, quando voltar, vou ver se consigo fazer a minha terra”

(Candido Portinari).

A presente pesquisa propôs-se a investigar o Patrimônio Cultural da Cidade de Jardim-Ceará, através da análise qualitativa e a partir desse estudo fomentar a proposta de educação patrimonial ao disponibilizar uma cartilha que apresente informações relevantes em relação ao que pode vir a ser considerado patrimônio cultural do município, de modo que esta possa ser usada como subsídio didático pedagógico. Para tanto foi necessário relacionar os conceitos de patrimônio e ressaltar o papel da memória como fonte historicista que promove a possibilidade de preservação da identidade e reconstrução das identidades.

É importante que os docentes e discentes estejam instrumentalizados com materiais que viabilizam a abordagem de questões históricas culturais para trabalharem com mais praticidade em sala de aula. Existe infelizmente uma carência de material nesse sentido, nesse caso precisa-se fomentar possibilidades que amparem essa perspectiva, que em muito pode contribuir para o processo formativo dos estudantes.

Neste trabalho serão pautados alguns conceitos fundamentais sobre ensino e aprendizagem, contradições no se fazer educação no Brasil, educação patrimonial, patrimônio cultural (material e imaterial) e instrumentos educativos. Foi feito também uma pequena análise sobre as contradições normativas das diretrizes da educação no Brasil e sobre a educação patrimonial. É importante ressaltar que o processo de construção cultural se dá de forma dinâmica mediante as influências que cada povo está sujeito.

Essa pesquisa vem tratar da cidade de Jardim, que parece está parada no tempo, seu auge econômico durante a economia colonial estagnou, desse período ainda se encontram os engenhos em ruínas. Infelizmente também não existem políticas públicas diretivas voltadas para a preservação do patrimônio cultural da cidade no que diz respeito aos aspectos arquitetônicos e paisagísticos, no que concerne a referenciação de patrimônio material e imaterial. O que existe é a resistência por meio da memória promovida pela oralidade que se perpassa entre as gerações e se manifesta nas projeções das vivências cotidianas do povo jardinese.

Jardim é uma cidade de pequeno porte e depende grandemente de serviços prestados pelas cidades circunvizinhas, sendo que estas também dependem de grande quantidade de serviços oriundos da Capital, Fortaleza. A Região do Cariri, apesar de estar incluída na categorização de Região Metropolitana desde 2010 após a criação de um projeto de lei que a normatiza, ainda caminha com grandes disparidades socioeconômicas entre as cidades que a compõem, apenas o triângulo CRAJUBAR ganha maior notoriedade no processo de desenvolvimento, por meio das políticas públicas que veem sendo implantadas.

É importante ressaltar que a cultura de massa promovida pela globalização vem influenciando as novas gerações, estas por sua vez constroem seus valores identitários, desagregados da memória e história local. Para Ferreira e Amado (2006) essa globalização que massifica a cultura, num viés capitalista desigual que pode empobrecer nossos laços identitários, além promover do esquecimento, no que se refere a cultura e as memórias que contam e recontam nossa história, como diria Milton Santos precisa-se se pensar uma nova globalização, uma globalização que não exclua, nem massifique um modo de viver.

Um povo sem memória é um povo sem história. A memória é de fundamental importância no processo de aprendizagem e de construção da identidade, pois permite o reaproveitamento das experiências do passado e do presente e oportuniza um processo ativo de construção do conhecimento de si e do mundo. A transmissão da memória social ocorre por diferentes tipos de comunicação e está diretamente influenciada pelos padrões de organização de cada sociedade.

É de suma importância que se criem órgãos municipais ativos que efetivem a função de proteger, valorizar e promover o enaltecimento do patrimônio cultural das cidades. Ademais não somente esses órgãos locais e federais, mais principalmente a população, possuem um papel fundamental na preservação dos bens históricos e culturais. Nesse âmbito promover o estudo patrimonial para as novas gerações vai fomentar o surgimento de agentes multiplicadores da fiscalização e preservação patrimonial, além de que poderão não apenas valorizar seus limites, mas também podem auxiliar a narrar a não somente suas histórias mais também a história de diferentes povos que foram esquecidos e marginalizados.

A comunicação é transmitida de forma difusa das lembranças do cotidiano através da oralidade, a memória cultural geralmente está objetivada pelo viés institucional, a lembrança através da memória pode ser armazenada e passada, ao longo das gerações. Essa comunicação se dá pela forma como os sujeitos projetam suas vivências. Assim sendo as memórias são lembranças individuais ou coletivas de acontecimentos passados e lugares, uma forma de visitar

e interpretar fatos do passado. À medida que a memória se dá no presente, é parte da vivência cotidiana, rememorar é uma forma de interpretar, conhecer, entender e criticar o passado, é possível também construir novos pensamentos sobre os acontecimentos passados e hodiernos.

A história e a geografia são disciplinas que estudam as sociedades humanas em diferentes momentos e contextos, buscam levar o ser humano a refletir sobre as formas de vida e organização sociais, e também auxiliam na visualização de transformações pelas quais passaram as sociedades humanas, a história em especial contribui para que o ser humano reflita a partir do tempo presente e passado, possibilitando que a sociedade entenda mais sobre si mesmo.

Segundo Rosendahl e Corrêa (2010) é necessário se esforçar para conciliar as evidências, o passado deve ser visto e analisado a luz do presente, a palavra é testemunho da memória. Ela traz a heterogeneidade dos fatos passados produzindo novas situações observáveis no momento em que faz o dela sendo assim quando expomos nossa opinião ou ouvimos narrativas de outros a respeito dos lugares políticos, passamos a reinterpretar, podendo assim dar conotações diversas a respeito dessas informações.

O passado é o objeto de investigação de quem se interessa pela história a partir de diversas fontes como manifestação cultural é possível estudar as evidências do passado a partir do tempo presente, construir novas ideias e realizar descobertas. Os aprofundamentos dos estudos sobre a história e a memória possibilitam, portanto, as reinterpretações do passado fomentam a reflexão sobre a sociedade ao longo do tempo. A partir do conhecimento histórico assim sendo a identidade se relaciona com a ideia que o indivíduo tem de si mesmo e dos grupos sociais com os quais tem contato, ou se está inserido. A identidade consequentemente está associada à cultura, valores e a identificação de diferentes grupos de pessoas.

A Cultura diz respeito às práticas, costumes e saberes, legados, lugares e evidências materiais de uma sociedade. O conceito de cultura já foi associado a cultura erudita, acessadas apenas pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, os mais abastados. Atualmente entende-se a cultura de forma ampla e complexa, respeitando a diversidade das formas humanas de viver pensar e manifestar. Dessa forma compreende-se o conceito de cultura como construção coletiva e não hierárquica dos diferentes grupos sociais não tratando as culturas como superiores ou inferiores, apenas distintos. A diversidade cultural é um legado de toda a humanidade.

A partir da percepção de concepção das experiências individuais, os valores individuais vão sendo construídos. O termo valor no âmbito do patrimônio cultural geralmente

está associado aos valores atribuídos a um objeto ou atividade, ou seja, ao seu significado e aos aspectos simbólicos que possam ser transmitidos.

Existe uma diversidade de valores que podem ser associados aos objetos e atividades como o histórico, o estético, o artístico, o cognitivo afetivo memorialístico dentre outros. O reconhecimento desses valores pode ser feito pela sociedade como um todo, não apenas por especialistas da área cultural.

Segundo João Adolfo Hansen (2010) a civilização se dá pela palavra, a necessidade em registrar o que é dito pelo divino leva as sociedades a desenvolverem códigos e signos, a erudição se dá pelo domínio destes, o poder passa a ser centralizado por meio dos detentores dessa crença, o povo, no entanto aliena-se do poder e designa-o para a figura do rei, líder ou juiz.

Muitas vezes um grupo de pessoas reconhecem valores em objetos ou práticas sociais e atua na preservação mesmo que não exista o reconhecimento oficial por parte do poder público ou dos especialistas, assim resulta-se e ressalta-se que os cidadãos são os principais agentes na distribuição de valores aos bens. Contudo para que exista o reconhecimento oficial de valores por parte do poder público é necessário que exista um diálogo entre pessoas interessadas, comunidade sociedade civil em geral e os especialistas, como conselhos municipais e demais órgãos para que assim seja feita uma análise ampla, e ressalta-se que os valores atribuídos no âmbito cultural não significam que um bem não possua valor econômico ou que poderá perder esse valor. Nasce assim o patrimônio cultural.

O patrimônio cultural faz parte da história, cultura, identidade e memória dos povos, sendo a sua preservação de extrema importância para que o legado das gerações anteriores sejam transmitidos como herança para gerações futuras. No Brasil de acordo com a constituição federal de 1988 em seu artigo 216 (IPHAN, 2014), entende-se por patrimônio cultural as formas de expressão, os modos de criar fazer e viver, as criações científicas artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico portanto bens de natureza material e imaterial.

Segundo Amaral (2015) o patrimônio cultural decorre do que se chama de processo de patrimonialização, nesse sentido acontece uma atribuição de valores estéticos históricos, culturais, simbólicos e memoriais pela comunidade ou pelas diferentes esferas da administração pública federal, estadual, municipal que levam a decisão do que é considerado ou não

patrimônio cultural, seguido de criações para sua preservação. A partir disso vão existir bens que são considerados como patrimônio cultural mundial. O patrimônio é do povo, apesar de que existem aqueles que não estabelecem relação com aquilo que institucionalmente é classificado como tal.

O povo tem essa possibilidade de continuar dando sentidos e disputa ao patrimônio da identificação, dos valores. As sociedades perpetuam as disputas do que se pode continuar sendo as memórias que devem ou não ser preservados. A identidade, portanto, é essencial nesse procedimento, guardar esses espaços, as tradições, são importantes, no entanto vale salientar que muitas das vezes o patrimônio, ele chega como um dos instrumentos de uma luta que já existe dentro de uma determinada comunidade.

O encontro identitário dentro do patrimônio é uma ferramenta para que as sociedades possam continuar existindo. É importante que nestes espaços, alvos de preservação que as comunidades possam continuar trabalhando, exercendo suas atividades, existindo e promovendo seus modos de vida, pois se sabe que muitos ambientes quando ganham novas significações, voltadas para os turistas, implica na expulsão das comunidades que dependem ou subsistem nesses locais para outras áreas periféricas, esse fenômeno se assemelha ao que a geografia classifica como a gentrificação, quando se dá a valorização de determinada área urbana, possui caráter elitista e pode sustentar a desigualdade de acesso aos espaços.

As disputas que estão ali no cotidiano, às vezes encontram no patrimônio uma forma de ganhar força. O patrimônio ele vem com uma perspectiva de contar uma história, uma memória, e muitas vezes quando não a um reconhecimento por parte da população ou do poder público surgem várias demandas de contradição quanto ao uso de tais espaços. O patrimônio dentro dessa importância está associado, portanto a necessidade de democratização, pois os bens físicos estão associados aos saberes, costumes e tradições dos povos e das gentes que vivem nesses locais, não se pode falar de patrimônio e não falar de política pública.

Existem políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil, no entanto cabem as diferentes esferas do poder público a viabilização desse processo, que não se dá de forma efetiva e homogênea, pois vai estar diretamente atrelado aos saberes de cada comunidade. É importante destacar que a partir dos anos 2000 houve importantes avanços no tocante a conscientização da própria população e a institucionalização de políticas públicas de direito, a memória e a salvaguarda do patrimônio cultural. Aqui no país, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, mulheres, grupos e populações que foram historicamente marginalizados, e começam a reivindicar no espaço um lugar. Nesse campo das políticas

públicas de patrimônios que é na verdade uma apropriação e ressignificação, parte dos sujeitos o estudo de um conjunto teórico-metodológico capaz de impulsionar em diversas espécies movimentos de base comunitária no processo de cassação do patrimônio, e da museologia social.

Nesse estudo busquei conhecer as ações desenvolvidas pelos órgãos competentes responsáveis no que concerne a preservação patrimonial e educação patrimonial, no caso a SECULT de Jardim e a secretaria de educação e descobri que não à organização de ações estruturadas específicas, nem para a ação patrimonial no que se refere ao tombamento dos bens que podem vir a ser considerado patrimônio material e imaterial, ou seja, o patrimônio cultural do município, identificado neste trabalho, nem foram encontradas também ações voltadas para a educação patrimonial. Mesmo não tendo reconhecimento hierárquico dos órgãos responsáveis, o que elencamos como patrimônio cultural do município possui o reconhecimento identitário da população, que se organiza através de ações para dá continuidade à preservação das memórias produzidas em seu ideário coletivo.

Desta forma, estudar os aspectos configurados ao longo dessa dissertação, viabiliza uma construção de saberes voltados a preservação da história e da memória de um povo. Pretendo, mais especificamente:

- a) Investigar a História de Jardim-CE;
- b) Identificar por meio das manifestações narrativas presentes nos acervos bibliográficos o que veem se configurando como patrimônio cultural no município;
- c) Propor um produto educacional para subsidiar o ensino sobre educação patrimonial no município.

2 CAPÍTULO I – Educação Patrimonial Desafios e Perspectivas

O trabalho da educação patrimonial é centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Com base em evidências e manifestações de experiência e contato direto com a cultura, em todas as suas múltiplas dimensões, significados e significantes, a educação patrimonial trabalha para levar crianças e adultos a conhecer, apropriar-se e apreciar ativamente seu patrimônio cultural para que possam fazer melhor uso desses bens e estimular a geração e produção de novos conhecimentos no processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico de uma comunidade e a apropriação consciente de seu patrimônio são essenciais para a conservação sustentável desses bens e para o fortalecimento da identidade e da cidadania. A educação patrimonial é uma ferramenta de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo ler o mundo que o cerca, levando-o a compreendê-lo em sua dimensão sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que se vive. Através de tais processamentos técnicos leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira e local, compreendida como multifacetada.

2.1 As contradições do ensino no Brasil

No livro 500 anos de educação no Brasil encontra-se uma coletânea de diversas pesquisas sobre a história da educação no território brasileiro, as mesmas são motivadoras para que haja reflexão e análise sobre os paradigmas que perpassam a realidade hodierna da educação em nosso país. A história da educação é permeada de antagonismo em suas práticas (LOPES; FARIA FILHO, 2000).

As diversas formas didáticas propostas pela construção pedagógica ao longo desses 500 anos foram campo de estudo que protagonizou os avanços e retrocessos no processo de formação escolar dos cidadãos brasileiros. Ganhamos um mundo pronto cuja herança permeia tradições que hora fascinam, ora assustam e por isso mesmo nos convida urgentemente a transformar, a medida em que novas configurações vão sendo estabelecidas. Afinal somos responsáveis pela história da educação no nosso país.

Os poderes públicos no Brasil adotaram a escola como a única instância capaz de promover e prover a instrução e a educação para todos. Além de ter essa missão oficial a escola é obrigada a abraçar várias demandas cotidianas que exigem urgentemente sua reinvenção.

No Brasil o processo de escolarização se inicia com a chegada das missões jesuítas que descartam o humanismo de erudição e promovem a cultura de formação por meio da catequização dos povos nativos. Em tese “a política católica era inseparável da ética e definia a discrição como uma virtude política que era antes de tudo, uma qualidade intelectual” assim a formalidade religiosa marca o cotidiano da vida social. O que caracteriza também o processo de promoção da escolarização no cariri.

Durante a colonização, a centralização do poder, o uso da força e do castigo, a escravidão, a distinção de classes e uma série de comportamentos desumanos passam a reger a consciência e o agir dos povos em seu processo educativo. As vastas riquezas naturais do Brasil motivaram a necessidade de se fazer um levantamento das mesmas, baseado no empirismo inglês os bispos e seminaristas encarregavam-se de tais feitos. As mulheres discriminadas eram excluídas do processo educacional, mas em certas emergências, quando o domínio português sofria ameaças muitas tiveram de abrir mão de atividades domésticas para abraçar as públicas.

Precisamos ter olhares que ressaltam pontos importantes a serem considerados no ensino e aprendizagem. Podemos destacar a relação de alteridade o olhar o outro lado, buscar enxergar por meio dos paradigmas abstraídos pela retina do exótico, passando assim a respeitar as particularidades culturais entender que tudo que o homem produz para construir sua existência é resultante de toda uma percepção simbólica de suas ações realizadas por aprendizagens distintas, portanto criar rótulos universais para modelos educacionais é tendencioso. É importante buscar compreender o mundo nos cerca e também agir sobre ele.

Para Charlot (2000) Cabe ao profissional do ensino diferenciar a alienação ideológica presente nas instituições, vivemos o mito do progresso propagado pela racionalidade técnica, a escola acaba carregando consigo ao ser institucionalizada pelo estado a direta com o trabalho. Os desafios do professor são muitos, podemos citar, as questões didáticas e metodológicas, diferenças individuais, diferentes estilos de mensagens, múltiplas inteligências, diversidade cultural, de gênero, metacognição, melhores estratégias de aprendizado a prática interdisciplinar, multiplicidade de sentidos, planejamento e execução de projetos.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996, houve mudanças significativas em todos os níveis de ensino, da Educação Básica à educação superior. Além de estabelecer que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, recursos e organização adequados ao atendimento das necessidades dos alunos, a LDB 9394/96 também define “oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]” (BRASIL, 2010. p. 12).

As lutas dos educadores por políticas educacionais que subsidiem a formação e valorização docente tem registros marcantes na trajetória da educação em âmbito geral.

O que vemos na verdade, é um Estado não comprometido com a Educação, porém cada vez mais centrado no baixo custo e autobenefício em qualquer ação que se derive dele. Com toda a crise econômica que não atinge só o Brasil, vemos um quadro nas escolas que se repete em todo o país, profissionais mal pagos, falta de estrutura nos ambientes escolares, além do aumento de carga horária dos professores sem nenhum acréscimo no salário. Somando-se ainda as perdas de direitos que o trabalhador em geral tem sofrido com o atual governo. Essa relação Estado-escola, demonstra “um estado mais concentrador e interventor na escola, sob um discurso de descentralização” (RIBEIRO, 2012, p. 3).

Ribeiro (2010), citando a reforma curricular na atualidade, elenca algumas tendências nas concepções de currículo. Uma delas, com base na Nova Sociologia da Educação - NSE inglesa, faz uma crítica aos currículos em vigor “por construírem identidades falsas e acabadas, consideradas como um objeto estático num contexto de mudança” (p. 136).

Com relação à convivência social dos indivíduos, a NSE propõe então, uma educação que atenda à diversidade que encontramos no mundo pós-moderno, “a única possibilidade de nos relacionarmos uns com os outros seria o respeito às diferenças” (idem). Vale ressaltar que essa abordagem se dá dentre outros fatores no que diz respeito ao contexto cultural, social, dentre outros.

Infelizmente muito se perde com relação à falta de formação continuada por parte dos professores. A formação dos profissionais em ensino está segundo Cavalcante (1998) rodeada de precariedades, devido às diretrizes que fundamentalizam esta orientação também estarem atreladas a políticas cheias de contradições, o que atenua a crise do conhecimento científico.

Ainda nesse contexto, Ribeiro (2012, p.10), mostra um cenário social desigual no campo educativo e apresenta uma ferramenta importante no combate a essas forças, “pode-se propor uma vinculação estrita entre universidade e escola pública. Em especial no reforço à formação docente”. Confirmando essa visão em outra publicação, ele coloca que jamais pode ser esquecida a “continuidade e maior ousadia nas políticas de formação, remuneração e valorização social dos educadores” (RIBEIRO, 2010, p. 243).

Não podemos considerar apenas o livro didático como recurso a ser utilizado em sala de aula, ele não tem essa obrigatoriedade, sua finalidade é outra. Transmitir informações referentes aos saberes construídos pelo povo, no que se aplica ao conhecimento patrimonial e a noção de pertencimento, lembrando que tais saberes se dão de forma dinâmica e constante, exige um olhar para além dos padrões normativos.

O processo ensinar/aprender necessita estar mediado através do uso de diversos instrumentos para que se promova a produção de múltiplos saberes.

2.2 O que é Educação Patrimonial? Como promovê-la?

A educação patrimonial é de grande relevância. De acordo com Silva *et al.* (2021) a historicidade do conceito de patrimônio possui uma historicidade em relação à educação. É importante destacar que essa relação patrimônio educação, sempre esteve presente desde que se formou as primeiras políticas de preservação do patrimônio que a gente encontra nas primeiras cartas de patrimônio.

Vários documentos norteadores dessa temática que vem da Unesco por exemplo trazem de forma bastante pragmática a importância dessa ação, e até mesmo no Brasil a gente sempre vai ver essa relação de patrimônio e educação, e é uma relação bastante complexa, inclusive ela tem muito a ver então com essa historicidade primeira do conceito de patrimônio, que é um conceito de construção pois dá ideia de patrimônio e manutenção de patrimônio muita sentada na colonialidade. A partir dessa herança tem-se nesse primeiro momento a educação patrimonial pautada nessa relação, de educação e patrimônios, muito verticalizada.

Assim na medida em que se busca criar uma consciência em relação ao respeito e apreço ao patrimônio, para que ele possa ser preservado é a própria noção de educação patrimonial tendo em seu conceito também esse deslocamento do estado para a sociedade onde cada vez mais patrimônio são as pessoas, os bens. Com as práticas, com os lugares que se constrói os sentidos e valores do patrimônio, então a educação para o patrimônio, e a educação patrimonial tem-se sempre que levar em consideração como que as pessoas se relacionam com aquele bem e como elas dão a sua opinião, elas perpassam por diferentes modos de apropriação. É nesse sentido que a educação para o patrimônio, educação patrimonial que nós temos uma educação no âmbito das instituições de preservação.

Para Silva *et al.* (2021) O papel dessa educação patrimonial quando se trata da Universidade está atrelada a extensão. Não existe ainda no ensino básico uma disciplina

obrigatória que promova esses estudos e talvez não haja tamanha necessidade, pois existe muita flexibilização no currículo escola o que pode ser bom e ruim, dependendo de como as políticas e diretrizes vão demandar seus enfoques.

As aulas de história e geografia podem ser instrumentos para essa prática pois em suas diretrizes e abordagens apresentam elementos importante prática da educação patrimonial. Cabe aos docentes estabelecerem um olhar para tal. No entanto sabe-se que as demandas para as práticas educativas são exaustivas e sem o devido direcionamento muito do que se poderia ser trabalhado fica a margem.

Identificar as referências culturais do que é o patrimônio e a relação das pessoas com o patrimônio em cada localidade vai ser fundamental para o exercício da educação patrimonial, para que as pessoas possam reconhecer naquele lugar o estado de pertencimento. Havendo esse deslocamento do estado para a sociedade pressupõe uma participação cidadã, nessa identificação que parte da experiência dos sujeitos e como estes estão vivenciando esse patrimônio.

Uma perspectiva curatorial que também é uma dimensão da educação patrimonial, lembrando que também a educação patrimonial está em constante construção, o processo de catalogação dos bens patrimoniais que se dá a partir de uma cadeia de requisição de inventário, identificação, registro, catalogação, preservação, exposição performa-se também como educação patrimonial. Incorpora-se também a essa dimensão curatorial cursos, eventos formativos como elementos para formação do profissional da educação no campo da educação para o patrimônio.

Profissionais ligados ao patrimônio, alunos, professores da rede de ensino fundamental e médio podem estar trazendo essa dimensão a partir do lugar, da história para a memória, não só por que a escola é uma ferramenta de construção social mais também por que a educação patrimonial pode ser pensada na perspectiva de formação cidadã à medida que os sujeitos envolvidos poderão protagonizar o processo de se fazer educação.

Pensar uma educação patrimonial numa perspectiva decolonial é uma proposta que vem sendo trabalhada atualmente nas universidades. Precisa-se perceber que o estudo do patrimônio nem sempre é consagrado pelo poder público, a questão de bens materiais e imateriais podem vir a ser elencado por meio da participação social, e somente através da promoção da educação patrimonial nas escolas, nas comunidades é que se pode pensar em tal perspectiva.

Para Amaral (2015) as próprias comunidades podem identificar e selecionar, registrando as suas referências culturais mais significativas do ponto de vista da história local, da memória que se quer preservar, priorizando assim as formas de expressão e saberes, os modos de fazer as paisagens e os demais lugares em que se concentram práticas culturais coletivas, a memória e a vida social, pois estas atribuem sentido de identidade e de pertencimento uma população.

Os patrimônios invisíveis na cidade são bens patrimoniais e estão justamente muitas vezes ou silenciados ou em disputa nesses territórios. Espaço de memórias culturais coletivas merecem ganhar visibilidade e proteção. Nessa perspectiva a sensibilização patrimonial precisa ser fomentada por meio de aulas práticas de campo onde os jovens possam identificar o que eles consideram mais relevante no território, leva-los a um processo de registro documental através de fotografias, vídeos, possibilita que os mesmos possam criar seus próprios produtos audiovisuais.

Promover essa identificação torna-se também uma forma de se alterar a percepção da sociedade e como ela se comporta. Portanto dentro das diretrizes educacionais, a mudança de paradigmas no processo de vivenciar a pedagogia de projetos pode estar trazendo uma dimensão muito mais plural do patrimônio. É preciso povoar o patrimônio do povoado, o patrimônio atrelado a dimensão do cotidiano, do trabalho e das relações comuns do dia, que que não é esse patrimônio consagrado.

Nos países emergentes é insurgente as questões inerentes ao fato de termos várias comunidade ou grupos sociais que estão sendo ameaçados. Daí a importância de se trabalhar a perspectiva de preservação do patrimônio a partir das relações, das pessoas através do campo afetivo cognitivo e não somente o estético. As referências culturais de seus territórios poderão ser percebidas e ganharão novas dimensões, as novas tecnologias e as mídias móveis, possibilitam conjuntamente que tudo o que se é produzido venha ser também divulgado nas redes sociais.

O direito a memória e o direito a história, todos têm direito. Precisamos refletir e quem é que decide o que devemos esquecer na cidade? Muitas vezes as políticas de patrimônio são pautadas por uma lógica colonialista de preservar bens que não tem a mesma relevância e o mesmo significado para um conjunto grande da sociedade daquele território, desde a criança cidade até o mais idoso.

Pode-se dá a impressão que eles não ligam ou que não tem identidade, e que não são importantes do ponto de vista da memória quando a gente parte do inverso, da lógica quando

se vai consultar e saber o que essa população considera significativo, nem sempre se precisa de tombamento para que determinados bens, sejam preservados, basta olharmos para o exemplo do que ocorre em relação a estátua do Padre Cícero em Juazeiro do Norte Segundo Oliveira (2019) existe um laço identitário tão forte que perpassa os limites do território municipal para com o monumento.

Todo o reconhecimento patrimonial através de políticas públicas nesse caso vem posteriori ao identitário. O direito a memória e ao patrimônio se constitui como fundamental para o exercício da cidadania e não podemos pensar na democratização de políticas patrimoniais sem levarmos em consideração que a memória é diversa, e plural. Desse modo devemos contemplar essa multiplicidade de experiências sociais sem distinção de gênero, de classe, de credo, de etnia.

2.3 A Cartilha como suporte didático

As transformações no mundo digital acontecem constantemente, e estas ferramentas tornam-se uma grande possibilidade de desenvolvimento não somente para empresas na dinâmica de desenvolvimento econômico, mas também, no que pode vir a ser trabalhado nas escolas? As ferramentas de conhecimento digitais possibilitam a escola uma transformação no processo de produção do conhecimento, torna-se, portanto, estratégicas nas áreas de inovação, criação, eficiência e desenvolvimento. Estes marcos operacionais, possibilitam a criação de diversas atividades que podem ser utilizadas em sala de aula e dinamizar o processo de construção de saberes.

Para Dias (2018) as tecnologias educacionais são um conjunto de ações formativas que se tornam conteúdo de apoio possibilitando o acesso a aprendizagem para crianças adolescentes e jovens, elas causam um grande impacto no que diz respeito a promoção da equidade no processo de aprendizagem, no entanto é importante haver planejamento de uso e ações colaborativas para formação e criação de instrumentos que subsidiem as diferentes disciplinas escolares.

As ações educativas exigem uma ação mais integrativa no que diz respeito às realidades socio políticas do fenômeno que é a manifestação cultural.

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis, constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido

interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2005, p. 38).

O processo histórico de construção da sociedade brasileira nos remete a reflexão constante, pois é diante desta grande metamorfose que as ideias normativas que "consolidaram" os paradigmas educacionais, vão sendo implementadas, estas por sua vez recheadas de práticas antagônicas nos remetem como enfatiza Morin (2005) a ter que agir em meio as incertezas e acima de tudo a repensar o que tem sido postulado como métodos e técnicas educativas, de modo que procurar estabelecer mecanismos que favoreçam o surgimento de cidadãos, críticos, criativos e cuidantes exige constante busca por uma educação integrada e interdisciplinar, educação esta que precisa estar comprometida em alcançar as necessidades reais dos sujeitos e da sociedade.

Assim sendo o uso de diferentes instrumentos e ferramentas em sala de aula promove uma educação integral, que representa a opção por um projeto educativo em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um modelo que deve desenvolver o despertar para a vida, a construção da identidade e o interesse pela pesquisa em crianças, adolescentes e jovens, de modo que estes sejam vistos como cidadãos de direitos e deveres em todas as suas dimensões.

Além do desenvolvimento intelectual, deve-se buscar promover o aperfeiçoamento físico, o cuidado com sua saúde, o desfrute e a produção da arte, conhecimento e valorização da sua história, reconhecimento de seu patrimônio cultural, levá-los a desenvolver uma atitude responsável diante da natureza, para que os mesmos aprendam a respeitar os direitos humanos e tornem-se cidadãos criativos, empreendedores e participantes, conscientes de suas responsabilidades e direitos, capazes de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, respeitando as diferenças e a promovendo a convivência pacífica e fraterna entre todos.

Falar em educação integral exige um planejamento amplo que contemple aspectos pedagógicos, estrutura física, comunidade e compromisso. Conhecer a história da comunidade, protagonizar o aluno em meio ao processo, vislumbrar o estudo e descobrir talentos e competências deverá passar por uma pedagogia que envolva projetos, ludicidade entre outros, exigindo uma visão holística de professores e gestores, permeiam portanto e de fato grandes desafios, podemos destacar dentre eles a implementação dessa produção do que vem a ser esse

saber integral, e do que esses instrumentos possam ser utilizados de modo democrático e participativo e não somente como cumprimento de meta.

Segundo Collares (2011) a cartilha serve como instrumento comunicativo onde o conteúdo apresentado nela reflete os aspectos da sociedade numa determinada época dentro daquilo que se objetiva transmitir para mesma tornando-se um material de apoio para transmitir conhecimento. Apesar do fato de que por muito tempo foi utilizado como aparelho de instrumentalização ideológica refletindo a visão do estado sobre os conteúdos que deveriam ser trabalhados nas escolas, por exemplo, mas o que propomos aqui, no entanto é o uso da cartilha como subsídio instrumental para os professores utilizarem em sala de aula quando se quiser trabalhar a temática do patrimônio cultural jardinense.

Na visão de Dias (2018) as cartilhas temáticas podem ser utilizadas com viés pedagógico, especialmente usado pelos professores no ensino de diversas temáticas na educação básica, por exemplo. A proposta aqui apresentada, portanto, na constituição da cartilha é apresentar e abordar o conceito de patrimônio cultural que se dá em Jardim mesmo que não seja diretamente reconhecido pelos órgãos competentes, mas que remontam através da pesquisa um olhar para tal realização.

2.4 O estado da arte: A produção de material didático como promoção da Educação patrimonial de Jardim-CE

A educação patrimonial contribui para a formação identitária, pois promove o conhecimento das origens, de tudo que caracteriza a história e memória de um povo. A educação patrimonial promove o ensino da história, através do estudo, de artefatos, de monumentos, de documentos, da análise de narrativas, de tudo que venha a se configurar como patrimônio material e imaterial.

Conversando com membros do conselho municipal de educação, soube que não existe até então nenhum produto didático para promoção e ensino da educação patrimonial de Jardim - CE nas escolas. O que existe são ações didáticas promovidas por professores que se interessam pela temática, estas por sua vez ocorrem de forma isoladas conforme a logística escolhida por cada professor.

Sendo a educação patrimonial um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita aos sujeitos fazerem uma leitura de mundo do que lhes rodeia, além de lhes possibilitar compreender o universo sociocultural no qual está inserido, a mesma fomenta também a garantia da preservação e valorização multiplicidade cultural existente em nosso país. Dessa forma a garantia dessa pluralidade só vai se dá se mantivermos a promoção e valorização desses saberes.

A proposta de estudo e elaboração de uma material didático nesse sentido é com a perspectiva de subsidiar o se fazer educação em sala de aula. Ainda não existe um material didático produzido com esse olhar, portanto a proposta surge a partir da ausência da não existência de material didático com este enfoque. Portanto o mesmo poderá contribuir grandemente para o desenvolvimento identitário dos estudantes, com o processo de construção do conhecimento, e com o processo de valorização e preservação da história e memória Jardinese.

Através da exposição de conceito, de memória, história, cultura, patrimônio material e imaterial, educação, objetivou-se apresentar de forma didática, um olhar, para o local, que nos relatos bibliográficos apontam um ar de reconhecimento, e pela influência que apresenta no processo subjetivo do ideal identitário apresentados pelos moradores nas conversas informais que tive quando lá estive, no que diz respeito ao que a cidade conta por meio os bens materiais e imateriais que apresenta, o que vem a se configurar como patrimônio, em especial na visão decolonial de educação patrimonial, que tem um olhar para o patrimônio

que foge da imposição hierarquizada de preservação e reconhecimentos dos bens, mas que parte do olhar identitário das sociedades para a forma como elas se relacionam com os espaços, e para os bens materiais e imateriais presentes em suas vivências cotidianas.

Dessa forma a busca pela preservação pode vir a acontecer através do perpasso identitário, daí a importância dessa proposta, exposta principalmente na visão decolonial elencando assim através de imagens fotográficas, a identificação desses bens que se destacam na história e na memória Jardimense. Na cartilha, portanto ter-se-á, um olhar que se soma ao que já se tem no contexto de história e memória local, mas apresentado de forma didática e organizada para que sejam assim apreciadas e trabalhadas em sala de aula.

3 CAPÍTULO II – O que é Patrimônio Cultural?

Deve ser preservado o respeito por todos os aspectos materiais ou imateriais produzidas pela cultura de uma determinada sociedade, por sua importância cultural e científica universal, pois representam a riqueza cultural da comunidade e da humanidade. Os profissionais que lidam diretamente com a identificação e preservação do patrimônio histórico e cultural são os historiadores, historiadores da arte, antropólogos, paleontólogos, urbanistas, arquitetos dentre outros. São objetos considerados patrimônio histórico e cultural: obras de artes plásticas (pinturas, esculturas, ilustrações, tapeçarias e artes e ofícios históricos em geral); edifícios e complexos (cidades, casas, palácios, palacetes, jardins, monumentos); festas e celebrações; música; elementos culinários, e outras representações das diversas culturas que existem ou existiram no mundo.

O que determina se um bem cultural é patrimônio histórico cultural é sua relevância histórica para a formação da identidade cultural de um povo e a importância de sua preservação para a posterior manutenção cultural do povo. Entramos em contato diário com esses bens culturais, e desenvolvemos certo apreço por sua preservação, pois esse é um fator determinante na formação de nossas identidades. A cultura molda nossas personalidades e nos dá novas identidades culturais, pois toda cultura tem uma identidade que cria um sentimento de valorização. Dar importância ao patrimônio cultural e histórico é dar importância à formação da identidade humana. Portanto, preservar a paisagem, as obras de arte, as festas populares, a culinária ou qualquer outro elemento cultural de um povo é preservar a identidade desse povo.

3.1 Conceito de Patrimônio

O conceito de Patrimônio é concebido engajado com o processo de construção histórica, na medida em que ele vai respondendo as demandas do tempo presente, vai se engajando com as novas nuances, posto o modo em que elas vão sendo colocadas. A história é tributária do conceito de patrimônio, uma vez que ela vai sendo concebida no contexto da colonialidade. O entendimento do que é patrimônio nos possibilita demarcar o que é, o que era, e o que se está disposto a construir no contexto de valoração e preservação das memórias, possibilita também uma forma de compreensão da dinâmica socio espacial do que se produz ao longo dos tempos.

É fundamental ensinar não só a história e a memória de um povo, mas o respeito por determinados grupos sociais, como o respeito às classes sociais, as diferentes práticas religiosas e práticas éticas fundamentais, para a escola, é importante que se recorde do que compõem as materialidades principais, o patrimônio cultural se liga com as outras atividades, mas também com as subjetividades, vivem em constante diálogo e mudanças, como produto do trabalho humano, o patrimônio com seus símbolos valores e processos históricos faz acordo entre os humanos e a natureza no tempo e no espaço, por vezes passa despercebido.

Outra forma de pensar o estudo patrimonial é por meio da paisagem Cultural.

O conceito de paisagem cultural perpassa para além da sua utilização pelo senso comum e discutir como ele pode ser útil à atribuição de valor, identificação e proteção do patrimônio cultural no Brasil. A vinculação entre paisagem e patrimônio cultural não é recente, mas vem ganhando especial destaque, nas últimas décadas, em determinadas áreas, através da noção de paisagem cultural. No Brasil, foi somente nos últimos anos que essa discussão se ampliou e existe ainda um longo caminho de reflexão a ser percorrido, para que se possa tornar a ideia de paisagem cultural uma categoria operacional nas instituições de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda produzirá, como a base material para a produção de diferentes simbologias, (...) existem diferentes formas de encarar a paisagem: como natureza, como habitat, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética (MEINING, 1979). Existem, enfim, diferentes olhares possíveis sobre a paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 9).

Existem, portanto, vários usos da dimensão do patrimônio. As legislações devem abordar esses aspectos para garantir de forma justa a preservação dos bens. O capital especulativo que de tudo se apropria, é uma ameaça nesse processo. Ainda sobre a ótica do conceito de paisagem cultural, podemos elencar o que Ribeiro (2007, p. 7) tece:

Com paisagem cultural e patrimônio primeiro número da série, a pesquisa e documentação do IPHAN, tem que a instituição colabora para preencher a lacuna na literatura brasileira sobre a relação entre paisagem e patrimônio recupera parte das experiências internacionais ao analisar a construção do conceito de paisagem cultural e a sua adoção como categoria da preservação e traz a luz o rico acervo guardado no arquivo central do IPHAN abordado a trajetória brasileira sobre paisagem patrimonial, pretende-se com isso oferecer subsídios para os estudos sobre a paisagem cultural no Brasil e contribui para o estabelecimento de novas ações, identificação e preservação do patrimônio cultural.

No campo do patrimônio a partir dos anos 2000 a criação de uma série de ferramentas e conceitos disfuncionais que garantem as populações que historicamente foram silenciados ao direito a memória de eleger os seus territórios tradicionais, direito aos seus saberes e fazeres é que se ver a construção principalmente de toda uma política que vai se desembocar na construção do Plano Nacional de Cultura de políticas de base Comunitária, como a lei de cultura viva, fotos de culturas, fotos de memória que outrora não atingiam estes setores da população.

Moldando um espaço dentro dessas políticas, por que as elites sempre souberam da importância da história da memória e do patrimônio.

Quase todos os monumentos que se encontram nas praças públicas espalhadas pelo Brasil geralmente trazem a memória das elites, os nomes que nomeiam os logradouros das cidades fazem referência a essas memórias de grandes personalidades.

No Brasil desde 2016 após o golpe com o atual governo que se encontra ainda hoje e infelizmente, diversas medidas, para que esse avanço e essa democratização do campo do patrimônio ocorram foram embargadas.

Temos como a primeira medida do governo bolsonaro à extinção do ministério da cultura, que foi rebaixado a condição de secretariado, colado ao Ministério do Turismo. Essa perda de status ministerial vai acarretar uma perda de autonomia orçamentária.

A extinção de diversos programas sociais e o continuo desmantelamento, até mesmo, a instrumentalização de importantes instituições culturais de preservação da memória e do patrimônio Brasil como aconteceu, por exemplo, com o IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A atuação na área do patrimônio exige mais qualificação especializada, e muitas pessoas sem a devida qualificação foram designadas para com a superintendência do IPHAN, estas foram responsáveis em primeira instância pelo exame, pela análise pela aprovação e desaprovação das intervenções do patrimônio, e sua distância fiscalizadora dos processos de licenciamento ambiental, percebe-se uma busca por destruir o campo do patrimônio e avançar num programa de arrasamento.

Tem esse problema e esse cenário catastrófico para o campo da cultura, em contrapartida foi produzido pelo movimento brasileiro integrado pela liberdade de expressão artística, que é uma Coligação de organizações não governamentais para criar em 2020 monitoramento das agendas nesse campo da cultura e do patrimônio no Brasil.

Vários casos de censura de desmonte profissional no campo da cultura e do patrimônio foram identificados, como por exemplo, a repressão e não permissão para crescimento dos mecanismos de fiscalização e controle, a falta de transparência quando levado à registro direitos culturais. Casos de censura de desmonte funcional no campo da cultura e do patrimônio, por exemplo, se dividem em três grandes campos da liberdade artística e cultural que vai compreender as medidas autoritárias de gestão direta e espelho da liberdade do agente artístico e cultural e suas obras; dissolução de estâncias aparelhamento ideológico esvaziamento de instâncias de participação social, estrangulamento financeiro, ingerência indevida nos órgãos, e retirada de autonomia, tudo isso para respingar diretamente nos órgãos de preservação da memória e do patrimônio IPHAN.

Instituto Brasileiro de museus Fundação Palmares, a Funai desmantelados, isso vai reverberar também na nossa forma de viver, como nos relacionamos com o patrimônio, tudo se enfraquece, pois se a gente vê essa atmosfera, muito das conquistas sendo descartadas.

Diante da dimensão plural do patrimônio podemos ver algumas políticas públicas no estado do Ceará voltadas para a preservação do patrimônio cultural, cursos e formações online; foram disponibilizados para professores da educação básica em 2021, editais de valorização e reconhecimento de mestres e mestras da cultura espalhados pelo estado, e vem com apoio financeiro também, que é importante.

Com essas medidas possibilitam a continuação de certos saberes e fazeres, mas nelas vemos também retrocessos, por que o patrimônio que tá sendo computado somente por estes, deixam muitos a margem, aqueles que também têm a afirmação correta no sentido de conseguir pensar o patrimônio na dimensão plural, na dimensão que vai além do material, a dimensão que é do povo, mas essa é uma questão a qual não iremos nos deter.

3.2 Patrimônio Cultural Material

O patrimônio material faz alusão as materialidades, perpassa pela questão da preservação dos instrumentos físicos que revivem, que se multiplicam e que fomentam a formação de diversas identidades compondo os saberes locais regionais e nacionais.

O patrimônio cultural material contempla dessa forma os bens culturais de natureza móvel, imóvel e integrada, podemos citar como bens culturais móveis, as coleções arqueológicas, museológicas, documentais, iconográficas, locomotivas, mobiliários, monumentos, objetos de arte sacra; como bens culturais móveis temos os sítios arqueológicos,

as cidades históricas, as edificações e as paisagens; quanto aos bens integrados podemos citar ambos, os bens imóveis e móveis, principalmente aqueles que são fixados na arquitetura e sem os quais criam-se lacunas como a decoração interna de casas, altares e retábulos de igrejas, mosaicos.

3.3 Patrimônio Cultural Imaterial

Por meio do conceito de patrimônio imaterial vamos ver que as imaterialidades são expressas, vivenciadas através das celebrações nos modos de ser. Uma forma de compreender o conceito de patrimônio imaterial é por meio do sincretismo religioso, que se caracteriza na forma como ele vai acontecendo, e mostra o quanto a cultura não é estática.

O patrimônio cultural imaterial vai estar em constante modificação e tem na religião um elemento importante para se refletir sobre patrimônio cultural, pois traz a ideia daquele patrimônio de resistência e que tem uma importância política para a sociedade através de suas manifestações artísticas, expressas através, dos tempos das festas e das celebrações, festejos, o misticismo das crendices, perpassam as materialidades e pelos sentidos dos instrumentos musicais, os instrumentos simbólicos, os gestos, os comportamentos, os movimentos, as cores, os cheiros, as paixões, as condições, as metodologias, as relações, os risos, as coreografias, a subjetividade, podemos chamar de patrimônio imaterial, poderíamos dizer que o patrimônio material nasce a partir de um sentimento seja ele bom ou ruim.

3.4 Preservação do Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural ele diz respeito a tudo aquilo que nós já fizemos, que nós somos capazes de criar e queremos valorizar, temos as festas, músicas, danças, comidas, modos de fazer, modos de saber, práticas da medicinais, confecção de adornos, diz respeito à todas estas atividades humanas.

A palavra patrimônio vem do latim que significa pai e tem a ver com aquilo que é deixado para o filho a palavra patrimônio, ela nasce dessa ideia de algo que se deixa para alguém, o patrimônio cultural é assim de acordo com o IPHAN, o modo como um povo é formado pelo conjunto dos saberes fazeres expressões práticas e seus produtos que remetem a história, memória e a identidade. É importante estudar patrimônio cultural dentro da escola, no chão da escola por todos os anos escolares, pois a educação patrimonial favorece uma relação

com a cidade, com aquilo que é público, que é de todos, com aquilo que é construído, ou foi construído para o seu grupo social por outros grupos sociais que fazem parte da história, que coexistem entre si.

3.5 Principais Itens e Bens para Preservação

De acordo com os dados do IBGE o município de Jardim-CE está localizado no sul do Ceará, na região do Cariri, distante cerca de 537 Km da capital – Fortaleza. Sua população é de 27.187 habitantes, sendo que 8.894 pessoas vivem na zona urbana e 17.694 ocupam a zona rural e vivem da agricultura e da pecuária. Possui os seguintes limites: Norte: Porteiras e Abaiara; Sul: Pernambuco; Leste: Jati e Penaforte; Oeste: Barbalha (IBGE, 2022).

Faz parte da região metropolitana do cariri criada em 2010 dentre as 09 cidades, é uma das menos desenvolvidas, mas apresenta não apenas forte potencial agrícola, como também potencial turístico pelo seu clima agradável, pela dinâmica geomorfológica do relevo, pela riqueza paleontológica, há uma grande presença de fósseis, e festas culturais (IBGE, 2022).

Abraçado pela Chapada do Araripe, rodeado de fontes naturais, muitas já extintas, possui fontes perenes que brotam do sopé da Chapada do Araripe e formam um verdadeiro manancial de água potável. As nascentes da Boa Vista, Boca da Mata, Toré, nascente do Gravatá, conhecida como Bica do Judas, são opções de lazer, com atrativos naturais. Trilhas ecológicas, cavernas e grutas também fazem parte do patrimônio material paisagístico, do município de Jardim.

Os cruzeiros são também patrimônios que podem ser explorados no campo do turismo religioso e paisagístico, a altitude do relevo é propício para voos livres. As festas de Jardim que são consideradas como atrativas: festa dos Caretas, festa do Padroeiro Santo Antônio, festa do Bom Jesus, a festa do Município e a festa dos pequizeiros.

Quanto à festa de Santo Antônio padroeiro da cidade, é importante destacar que a comunidade possui uma relação identitária muito forte para com a devoção ao santo. Essa festa vai vem sendo celebrada por mais de 200 anos, é uma festa que apresenta um diferencial, nela acontece a procissão das relíquias pertencentes a diocese, que são levadas durante o trajeto e posteriormente são depositadas no altar da catedral essa festa mostra a fidelidade do povo de Jardim a tradição cultural religiosa devido à forte influência católica, no município nos dias de festas do padroeiro, é comercializada uma moeda local, chamada de totonhos, e é com ela que se vende nos dias da festa comidas típicas, artesanato, dentre outros produtos que ficam

disponibilizados, nas barracas organizadas em frente da igreja, durante essa festa também, em uma das noites, as escolas são convidadas, a apresentarem trabalhos de pesquisa e projetos que estão sendo trabalhados com os estudantes.

De acordo com assessora de comunicação da diocese de Crato Michele Santos presentes no site da diocese de Crato a festa do Bom Jesus é uma celebração bastante singular que ocorre na cidade Jardim, é uma festa tradicional da família jardinense e ela é celebrada no primeiro dia do ano. Os fiéis se dirigem até a igreja matriz e ao redor da mesa eucarística participam de uma solenidade litúrgica que é celebrada no dia seguida da missa e procissão, conforme o depoimento do padre de Edimário, essa festa é uma festa antiga que nasceu da devoção das famílias e segundo o mesmo essa devoção surgiu com uma epidemia de Cólera que aconteceu na cidade a muito tempo, o padre dá é poca fez um rogativo ao Bom Jesus e convocou todas as famílias, se a epidemia da mortandade fosse cessada no primeiro dia do ano, eles começariam o ano com uma procissão. Então essa tradição vem se mantendo até os dias de hoje.

A seguir no texto abaixo se encontra um trecho de uma matéria publicada pela repórter Elisangela Santos, em 2014 na apresentação dela podemos entender toda a importância da festa dos pequizeiros para as famílias produtoras.

Quando é tempo de festa para os extrativistas do pequi a ideia é aproveitar ao máximo a época da coleta. Às 5 horas, dezenas de homens e mulheres se embrenham na mata para encher os sacos e trazer para a beira da CE 060, percorrem até 10 km, para coletar até 2 mil unidades. A colheita começa e um grande acampamento entre as cidades de Barbalha e Jardim, na beira da CE 060, o óleo pode ser visto e comercializado em poucos dias. É preparado pelos próprios catadores. Na área mesmo, também é vendido o fruto. A culinária para adultos e crianças é bem à base do que é colhido.

A tradicional pesquisada é um prato tradicional. Um período de fartura para os agricultores, mas em outras partes da Chapada, à beira das rodovias, é comum se ver moradores montarem barraquinhas de palha. Os barracões estão instalados em uma clareira que dá para quem passa pela pista avistar. Fica em Jardim, quase na divisa do Município de Barbalha. Os agricultores se transferem aos poucos, na medida em que vão instalando suas barracas. Toda família passa a morar no local, com pouca infraestrutura. Condições precárias são enfrentadas, na ânsia de uma renda maior para sobreviver.

O produto está cada vez mais escasso na floresta, e também distante. Mas, no cardápio diário das refeições só não pode faltar um tempero: o pequi. É universal entre os catadores. No arroz, feijão, no baião de dois ou simplesmente uma pesquisada. É de lei ter o fruto no prato. As crianças aproveitam, no corte para o preparo do óleo, e até roem o caroço cru. Mas com cuidado para não morder, pois há espinhos.

O presidente da Associação dos Catadores de Jardim, Pedro Martins dos Santos, afirma que a maioria dos catadores do acampamento se desloca do distrito de Cacimbas, em Jardim. Todos os anos, no local onde são armadas as moradias provisórias, há a visita dos técnicos ambientais e são repassadas as informações necessárias para se manter na área, com os devidos cuidados à natureza. Também são recolhidos pelos ambientalistas centenas de pequis, com os catadores, para a produção

de mudas. Os pés são transplantados na floresta. Uma árvorecoleta chega a produzir frutos em até 30 anos.

Quando inicia o mês de fevereiro, o acampamento recebe um número maior de catadores. É o período de grande produção. Ano passado a maior quantidade foi retirada na serra de Porteiras. No início da safra, o cento de pequi poderá chegar a R\$ 30,00. Hoje, chega a R\$ 8,00. Até meados de fevereiro, deverá ser comercializado a até R\$ 1,50. É nessa fase do preço em baixa que se começa a fabricação do óleo. Cerca de 10 mil unidades podem render até 20 litros de óleo, com um comercializado a até R\$ 20,00. Seu Pedrinho, catador há cerca de 40 anos, comemora a florada do pequi, que indica muitos frutos a coletar na mata. Até o início de maio deverá ter o fruto no chão da Chapada. Com essa fartura em tempos de produção, já foram 10 filhos criados. Hoje, Pedro Martins está com 69 anos, e em pleno vigor para percorrer a floresta, além de cuidar do plantio que tem em sua pequena propriedade. Coleta, faz o óleo e comercializa. Nesse momento, uma de suas grandes preocupações é a preservação da floresta, dos pequizeiros, para fazer com que essa produtividade se torne fortalecida por muitos anos, favorecendo os moradores da sua comunidade. Mesmo sendo uma região onde há grande potencial de produção do pequi, parte do fruto comercializado na região provém do Estado do Goiás. Mas há o diferencial apresentado pelo fruto da Chapada do Araripe, por suas propriedades terapêuticas. Mesmo sem ter ideia desses resultados famílias fazem a festa nesta época do ano, ao começarem a se preparar para morar em cima da serra, durante praticamente um semestre. Isso acontece principalmente com os agricultores de Jardim, que se transferem para a floresta (SANTOS, 2014).

Os casarões existentes em Jardim merecem também um olhar, voltado para preservação como podemos observar no registro presente na escrita de Roberto Junior ao dissertar sobre a temática no site cariri das antigas. Conforme citação a seguir;

Em 1909, o então presidente da câmara municipal de Jardim, o Cel. Napoleão Franco da Cruz Neves, escolheu o Sítio Belo Horizonte para erguer sua nova morada, um imponente chalé, com quatro janelões e porta central que compõem o frontão, este que dá em uma vigorosa calçada, continuação dos alicerces avantajados, construídos para nivelar o terreno está o imóvel. Além de descender de uma linhagem de latifundiários, o Cel. Napoleão tinha investimentos em outros municípios, como na Serrinha de Salgueiro, atual Serrita, onde a Fazenda Preá era fonte de lucros. A Preá foi palco da histórica troca de comando do bando de Sinhô Pereira, que a partir daquele momento passava a ser comandado por Lampião. O sertão para o gado, e o brejo para as canas. Em 1909, Jardim possuía 13 máquinas de descaroçar algodão, 20 alambiques e 76 engenhos de açúcar e rapadura. As condições hídricas e econômicas certamente pesaram na escolha da localização da fazenda do coronel, que também era delegado de polícia do lugar. Em contraste com outros imóveis já retratados por mim, o casarão tem certa simplicidade arquitetônica, entretanto, é sem dúvidas um dos maiores depoentes da importância dada a localização dos imóveis em pontos altos. Contra a chapada, e defronte para um vale, o casarão, recebe o ar fresco dos baixios, o que era deveras importante no conforto ambiental, mas também essencial na proteção da propriedade, pois permitia a ampla visualização do vasto terreno, fator importante na defesa da propriedade contra invasores. Esses elementos eram de tamanho significado, que não são raros os casos em que os mestres de obras tiveram de usar seus conhecimentos para erigir muralhas e aterros fortes o suficiente para resistir a casarões de tamanho porte (SANTOS JUNIOR, 2021).

Figura 1 - Modelo de Casarão existente em Jardim



Fonte: Santos Júnior (2021).

Existem outras festas organizadas pelas comunidades rurais que estão crescendo a cada edição segundo informa o site da prefeitura. Várias personalidades importantes contribuíram para construção da história e memória não somente da cidade, mas do cariri, conforme narrativa de moradores nos arquivos bibliográficos.

Figura 2 – Ilustração da Igreja Matriz



Fonte: Batista (2022).

A igreja matriz é o marco de bem material no processo emancipatório do município, o que não difere da gênese de formação e desenvolvimento da maioria dos municípios caririense. Como podemos perceber em mais este enfoque:

A Igreja matriz paróquia de Santo Antônio, em Jardim. No início, quando ainda era um povoado conhecido como Barra do Jardim, o padre andarilho João Bandeira, que ali se instalou com seu escravo, em 1792, construiu a capela de que se originou a atual matriz. A igreja atual, inicialmente, sem torres, teve a sua construção iniciada pelo padre Joaquim de Sá Barreto, e concluída, em 1876, pelo padre Antônio Tomás de Aquino. A primeira torre da igreja foi erigida, em 1905, pelo padre Miguel Coelho, enquanto a segunda quem edificou foi o padre Manoel de Alcântara em 1938. Merece destaque o cruzeiro existente no adro da matriz. Em 1949 o escultor jardinese José Rangel construiu um monumento com a estátua de Nossa Senhora das Graças na praça da matriz. A festa do padroeiro ocorre no dia 13 de junho (BATISTA, 2020, p. 202).

Outro achado interessante é o Relógio da Matriz. De acordo com Roberto Junior em matéria publicada no site Cariri das Antigas 12 de Janeiro de 2021. Após visitar a igreja Matriz de Jardim-Ce e receber autorização do padre para acessar, fotos e documentos sobre o relógio descreve que o madeiramento da torre está em bom estado, e o gabinete também, assim como o sino, o relógio, entretanto, infelizmente está parado há algum tempo, e com ausência de peças segundo ele a recuperação do relógio é perfeitamente viável, mas dispendiosa.

O maquinário é de Juazeiro do Norte construído em 1934, nas oficinas de Mestre Pelúcio Correia de Macedo, o relógio foi adquirido com verbas de donativos ofertados pelo povo da cidade, em campanha organizada por Francisco Ancilon de Alencar Barros. Levado até Jardim em carro de boi, o relógio custou 4.200\$000 (Quatro contos e duzentos mil réis), um valor considerável. A montagem foi feita por Mestre Pelúcio, e a inauguração se deu as 09 horas da manhã de 15 de abril de 1934, após a benção feita pelo Pe. Juvenal Colares Maia, vigário daquela cidade. Reunida a população em torno da matriz, o acionamento do carrilhão batendo nove vezes no sino foi sucedido de grande festejo e foguetório.

Figura 3 - Relógio da Matriz



Fonte: Santos Junior (2021).

Elencar-se-á aqui uma lista de itens e bens que se encaixam dentro da perspectiva narrada em trechos bibliográfico e pelas falas cotidianas informais dos alunos durante a minha vivência no município ao ministrar aulas de geografia para alunos da rede estadual de ensino, vestígios que despertam um olhar para a importância da preservação, de artefatos, lugares e memórias como patrimônio material e imaterial da cidade.

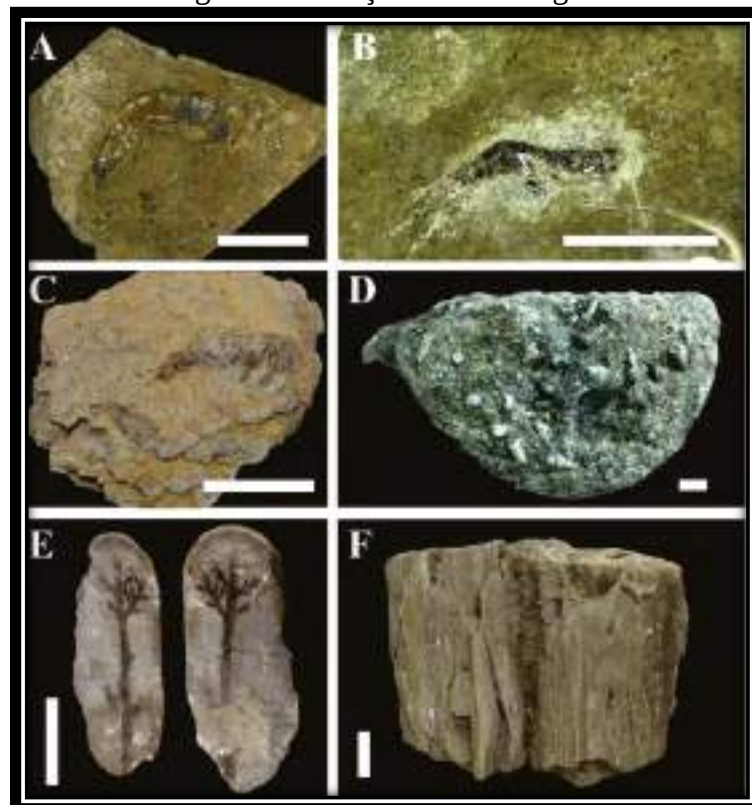
- a) Bens de Patrimônio Material em Jardim-CE;
- b) Museu de Ciências Naturais e de História da Barra do Jardim e da Fundação Francisco de Lima Botelho.

Figura 4 - Museu de Ciências Naturais e de História



Fonte: (COUTINHO *et al.*, 2021, p. 3).

Figura 5 - Coleção Paleontológica



* A, holótipo de *Araripenaeus timidus*; B, *Kellnerius jamacaruensis*; C, *Paleomattea deliciosa*; D, coquina com gastrópodes; E, *Brachyphyllum* sp.; F, lenho de *Araucária*. Escalas em A, B, C e D: 10 mm; em E e F: 10 cm.

Fonte: (COUTINHO *et al.*, 2021, p. 8).

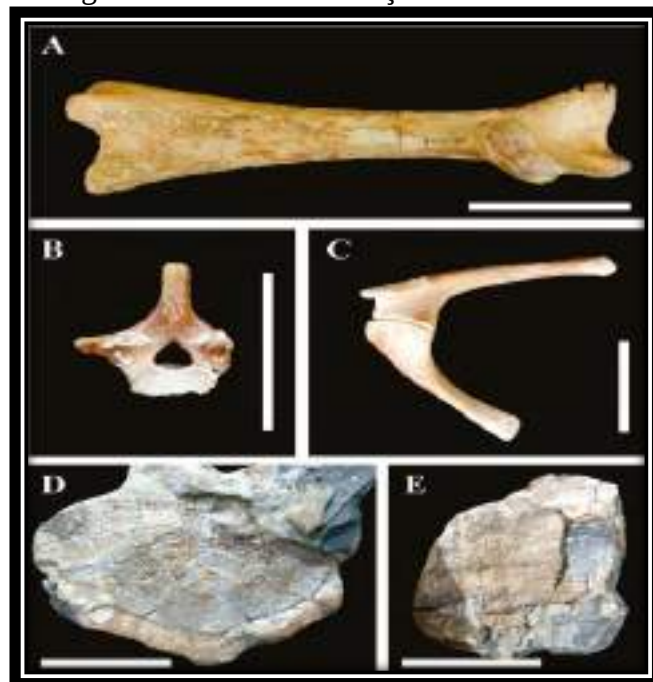
Figura 6 - Fósseis da coleção do MCNHB



*A, *Cladocycclus gardneri*; B, *Vincitifer comptoni*; C, *Calamopleurus cylindricus*; D, *Araripelepidotes temnurus*; E, *Iansan buerleni*. Escala: 5 cm..

Fonte: (COUTINHO *et al.*, 2021, p. 8).

Figura 7 - Fósseis da coleção do MCNHB



A, B, C, úmero, escápula, coracóide e vértebra de pterossauro pterodactiloide; D e E, carapaça de tartaruga *Araripemys barreto*i. Escala: 5 cm.

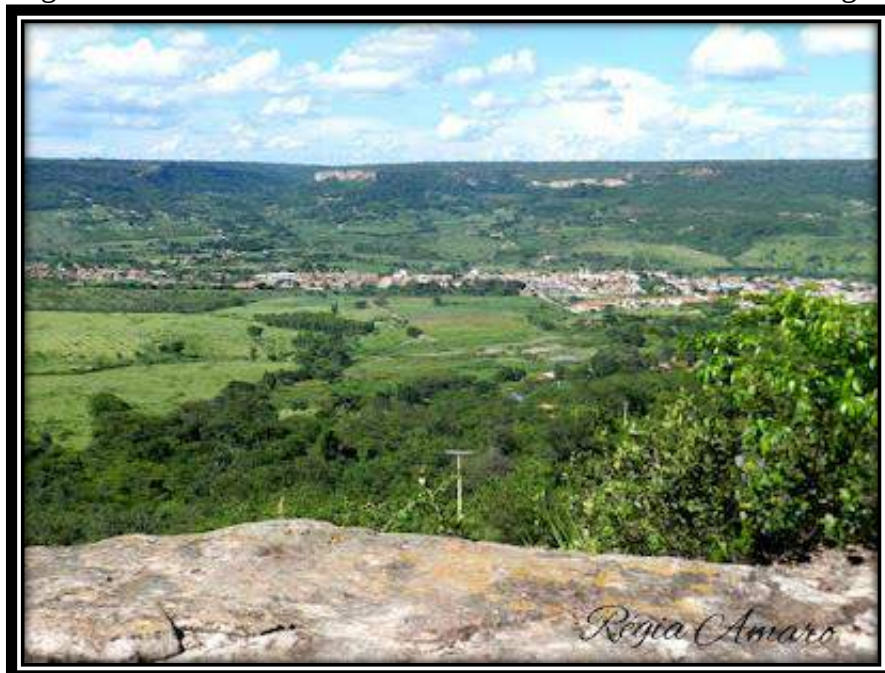
Fonte: (COUTINHO *et al.*, 2021, p. 7).

Figura 8 - Fontes naturais do município de Jardim-CE, Bica do Toré



Fonte: (GRUPO ECOLÓGICO DE JARDIM, 2010).

Figura 9 - Pontal Mãe Baioca - localizado na Serra do Olho D'Água



Fonte: (AMARO, 2020).

Figura 10 - Cruzeiro do Pe. Cicero – localizado também na Serra do Olho D'Água



Fonte: (AMARO, 2020).

Figura 11 - Igreja Matriz – Paroquia Santo Antônio



Fonte: (CEARÁ EM FOTOS E HISTÓRIAS, 2012).

Figura 12 - Cruzeiro – localizada no distrito do Corrente



Fonte: (CEARÁ EM FOTOS E HISTÓRIAS, 2012).

Figura 13 – Riqueza Arquitetônica



Fonte: (A RIQUEZA ECONÔMICA NO JARDIM IMPERIAL - CE, 2012).

Bens de Patrimônio Imaterial em Jardim-CE

Figura 14 - Festa dos Caretas



Fonte: (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM – CE, 2017).

Figura 15 - Festas dos Pequizeiros



Fonte: (SANTOS, 2014).

Figura 16 - Festa do Padroeiro do município: Santo Antônio



Fonte: Diocese de Crato (2020).

Figura 17 - Festa do Bom Jesus



Fonte: Diocese de Crato (2020).

3.6 Políticas de Preservação do Patrimônio em Jardim - Ceará

A cidade não possui lei de tombamento quanto aos prédios, monumentos naturais e festividades. Não se vê políticas de preservação e promoção da educação patrimonial oriundas diretamente do poder público municipal.

De acordo com o Monte e Farias Filho (2021) através de uma análise que fizeram do plano diretor do município de Jardim, plano que segundo estes já não é atualizado há 14 anos, constata-se que no que tange a dimensão sociocultural, ela é minimamente explorada, são identificados indicadores preocupantes de pobreza além da ausência de diretrizes quanto a preservação da cultura imaterial, apesar de se ter um olhar voltado a sustentabilidade. Há apenas uma diretriz voltada para o patrimônio material, mas apesar de estar no plano diretor municipal não há nenhuma política efetiva vigente no que diz respeito ao levantamento de inventário ou tombamento do que se configura como patrimônio material no município, com exceção das fontes de água naturais essenciais para o abastecimento de água do município.

Apesar do município possuir uma secretaria de cultura, os assuntos de preservação do patrimônio cultural quanto a tombamento de bens materiais e imateriais, não entram em pauta diretamente, no entanto a própria população no que diz respeito as festas mobilizam-se para promover tais vivências seja sob o apoio da igreja, seja de forma independentes ou em parcerias com a SECULT e o Governo do estado. Como foi o caso da celebração da festa dos caretas em 2017, ano em que era recém-chegada na localidade.

Figura 18 - Festa dos caretas



Fonte: (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM – CE, 2017).

De acordo com as informações presentes no site da prefeitura da cidade de Jardim, em 2017 ocorreu a maior manifestação popular do Cariri a Festa dos caretas. Que idealizou e continuou reafirmando a expressão cultural jardinense em um evento de grandes proporções que já vem sendo realizado pelo Município há 127 anos seguidos. Segundo o mesmo site a

tradição que se iniciou na zona rural de Jardim em comemoração ao término da colheita e ocorre próximo do início da semana santa alegrou as ruas e levou diversos cidadãos a se fantasiar em e seguirem com a tradição de percorrer a cidade durante dias.

Segundo Ulisses (2004) A "Festa dos Caretas", ocorre, anualmente, no período da "Semana Santa", e é caracterizada pelo humor, pelas brincadeiras e pelos trajes usados pelos "Brincantes", que trazem como foco as suas máscaras, elas obedecem a um riso proveniente da tradição, ligado às comunidades, que através da oralidade, perpassam saberes e aprendizados, incluindo, nessa tradição oral, o modo de improvisar e de criar que, respeita a criatividade individual, mas obedece a "regras" pré-estabelecidas. Regras dadas e entregues pelos mais velhos aos mais jovens através, principalmente, o da observação e da imitação realizadas pelos mais novos.

Figura 19 - Passeata do Judas



Fonte: (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM – CE, 2017).

O evento que se iniciou no dia 12 de Abril contou com Exposições artísticas passeata do pau do Judas Exposições culturais comidas típicas e teve seu ápice entre a sexta-feira e o domingo onde ocorreu a passeata do Judas e shows musicais sábado com bandas locais e nacionais, e finalizou no domingo com a malhação do Judas o artista plástico Luiz Lemos que colabora diretamente com a Associação dos caretas de Jardim fundada em 1994 é o grande responsável pela idealização dessa manifestação cultural Jardimense, manifestação esta que se caracteriza como uma das grandes manifestações culturais do Cariri cearense.

Figura 20 – Festa do Judas



Fonte: (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM – CE, 2017).

4 CAPÍTULO III – JARDIM - CE: UM LUGAR DE MEMÓRIAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E UM BREVE HISTÓRICO

A memória pressupõe união de uma realidade tangível e inteligível, ora material, ora imaterial, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, ela é uma realidade puramente simbólica que carrega a história, abrange objetos físicos e simbólicos com base no fato de que eles têm possuem em comum que é e mais ou menos significativo para todos. Ver um monumento como lugar de memória não é simplesmente escrever a sua história, vai além, pois expressam a materialização da vontade humana e do trabalho do tempo, carregados de simbolismos e ressignificações.

Os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor afetivo. A necessidade objetiva dos grupos sociais em preservar suas memórias, advêm, da intenção de se preservar a presença ausente de suas memórias, que se molda mediante a identificação coletiva. A partir daí pode-se identificar as relações existentes entre eles, o simbolismo presente comunica, lições, autoafirmações, dentro de várias expectativas e variantes. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, para não se perder, toda a identidade e subjetividade presentes no processo de construção e reconstrução dos mesmos.

4.1 Um breve Histórico: Bases de fixação e povoamento em Jardim-Ceará

Esse espaço apresenta uma significativa protagonização no processo de evolução histórica e reconfiguração territorial do Cariri, conforme apresenta o mapa do IPECE Jardim é uma das 9 cidades que compõem a região metropolitana do Cariri. E encontra-se entre todas elas a que está mais ao sul, fazendo divisa com município de Cedro pertencente hoje ao estado do Pernambuco, digamos assim que é uma área de conexão entre os dois estados.

A história de Jardim, portanto remonta os tempos da colonização, no século XVIII, desbravado pelo Pe. João Bandeira que afugentado pela seca, sai acompanhado de índios e escravos em busca de novas terras. Segundo Gorgônio (2007) o mesmo chegou à localidade por volta de 21 de agosto de 1992.

A cidade teve forte presença do coronelismo, e destacaram-se outrora pelos seus engenhos, existem raríssimos livros e trabalhos de pesquisa sobre a história e memória da cidade.

Segundo Leite (2017) a vila que deu origem a cidade foi criada pelo Alvará Régio de 30 de agosto de 1814 e inaugurada em 3 de janeiro de 1816. Perpassados esses 200 anos de história, Jardim vivenciou acontecimentos de natureza diversa, acontecimentos estes que permanecem vivos na memória do povo, muitos desses relatos são passados de geração em geração por meio da tradição oral. É perceptível, a influência e a participação da Igreja Católica no processo de ocupação e povoamento, nos acontecimentos políticos e sociais da história jardinense, podemos destacar até mesmo sua influência nos conflitos como a guerra dos cacetes bentos, dentre outros eventos. Não somente citado nos livros escritos por cidadãos jardinenses e pesquisadores, mas através dos relatos dos populares, é perceptível as referências feitas ao Padre João Bandeira de Melo como fundador do povoamento. É intrigante o fato de descartarem nesses relatos dissertados o fato de os povos originários já viverem aqui.

Para Leite (2017) A revolta de Pinto Madeira ou a guerra dos cacetes bentos foram um prolongamento dos conflitos que envolveram os republicanos cratenses e os monarquistas jardinenses, lembrando que Jardim fez parte do território do Crato, antes de seu processo emancipatório ocorrerem grandes conflitos e cisões.

As desavenças e antagonismos entre os povos de Jardim e de Crato, como se dizia nos documentos da época vinham de longe, acentuaram-se nas revoluções de 1624 e no movimento em prol da elevação de Jardim a categoria de vila separando-a do Crato a qual estava subordinada, dando choque entre imperialistas e os republicanos ou liberais. Na narrativa de Araripe (1991), em seu texto: Jardim evocações históricas e suaves lembranças, percebe-se a poética descritiva por meio dos relatos vivenciados pelo autor, filho de jardim e viajante das circunstâncias, fenômenos ocorridos que caracterizaram a história e memória do município. Permeia-se em seu relato a importância da valorização dos sujeitos através da memória, da educação e dos elementos patrimoniais como os vestígios prediais e históricos presentes na cidade no seu tempo de infância.

A origem data do século XVIII, quando o local era conhecido por Barra do Jardim, confluência dos rios Gravatá e Boca da Mata, formando o Rio Jardim, antiga região indígena, onde se instalou o casal Bento Moreira e Sebastiana de Oliveira, em um sítio, ao qual denominaram de Ramalho. Devido ao isolado do lugar, somente na última década do século XVIII, durante a seca de 1791 a 1793, chegou o primeiro padre, João Bandeira de Melo, trazendo consigo negros e índios catequizados e logo deu início ao plantio de algumas culturas e à construção de casa e da capela do Bom Jesus. Por volta de 1800, o padre João Bandeira abandona o local, dirige-se para Piancó, na Paraíba, e viaja como era, rumou para o Piauí, passando por Porteiras, onde celebrou uma missa no dia 6 de janeiro de 1821. Parece até que o local era passagem de padres, porque em 29 de junho de 1799, transitando por Jardim, em visita, padre João Bandeira ergue um cruzeiro em frente à capela, e que hoje está plantado em frente à matriz de Santo Antônio. Em 30 de agosto de 1814, foi desmembrado do município do Crato e passou a ser chamado vila de Santo Antônio do Jardim, como resultado de disputa política entre João Pereira Filgueiras, futuro capitão-mor do Crato, e o sargento-mor José Alexandre Correa Arnaud, que havia conseguido a criação do município e a sua nomeação para o cargo de capitão-mor. Em 3 de janeiro de 1816, foi finalmente conseguida a sua emancipação política, tendo à frente o capitão-mor Pedro Tavares Muniz. Em 1933, o município foi dividido em dois distritos: Jardim e Macapá, esse último posteriormente alcançando a sua emancipação com o nome de Jati. Em 16 de fevereiro de 1937, Jardim recebeu iluminação elétrica (BATISTA, 2020, p. 202).

As bases da história de Jardim estão ancoradas dentro do cristianismo católico, os padres foram os grandes líderes que influenciaram a sociedade jardinense, e influenciam até hoje. Os Logradouros, as avenidas, as instituições recebem os nomes dessas figuras imponentes que participaram diretamente no processo de sedição de Pinto Madeira ou na guerra dos cacetes bentos que foi um fato curioso no marco da história jardinense.

4.1.1 O encontro com o objeto de pesquisa

Durante meu estudo investigativo na busca de artefatos gráficos para fundamentação teórico-metodológica da pesquisa pude perceber que o objeto de estudo é algo que precisa estar bem definido para que a pesquisa seja desenvolvida através, de uma ótica norteadora, no entanto o mesmo pode vir a ser definido na medida em que se encontram novos olhares e percepções por parte do investigador.

Quando cheguei a Jardim em fevereiro de 2017 a partir das conversas realizadas com os estudantes sobre a relevância da cidade percebi em alguns apatia, em outros o desejo de abandono, e em outros o respeito e a valorização, este por sua vez tinha uma relação identitária. Apesar da cidade se entrelaçar em sua história e memória com a história e memória caririense, privilegiada por sua localização geográfica, para alguns não havia reconhecimento da importância da mesma.

O meu objeto de pesquisa, teve que passar por algumas mudanças ao longo do seu processo investigativo. A proposta de pesquisar em relação a essa temática se deu ao fato de eu lembrar que ao ministrar a disciplina de projeto interdisciplinar, na EEEP DR. NAPOLEÃO NEVES DA LUZ localizada em Jardim- CE, quando os alunos elencaram demandas de curiosidade para com o entendimento do conceito de patrimônio cultural ao mesmo tempo em que desvalorizavam em suas falas os objetos de memória da história do município. Então recém chegada fiquei curiosa com as proposições dos mesmo e a partir daí idealizei trabalhar com eles essas questões enquanto estive lecionando lá, nos foi oportunizado, fazer visitas de campo em alguns dos espaços elencados na pesquisa como bens de valor material, vivenciei também a participação em algumas festividades.

Ao perceber, no entanto, que não havia muitos subsídios de fácil acesso para que pudéssemos estudar e pesquisar sobre o patrimônio cultural da cidade nos voltamos as lembranças oriundas das conversas informais e nos detivemos na análise e estudo dos acervos bibliográficos. Ao saber a respeito da seleção para o MPEDU, achei que seria viável propor um projeto de pesquisa com um olhar voltado para o município, partindo da experiência que tive e com esse direcionamento voltado a educação patrimonial, e aqui chegamos.

Apesar de existirem diretrizes que norteiam o ensino da história local, nos programas de ensino da educação básica percebe-se que não há uma orientação direta para a execução desta finalidade, o ensino da história local sempre fica a margem, a critério das habilidades dos professores e do interesse das comunidades escolares, exatamente por não ser uma disciplina obrigatória e por ter uma portaria normativa ainda em construção. Vale ressaltar que nem sempre o que é disciplina obrigatória é aprendido.

Considero bastante importante se trabalhar essas questões, pois são essenciais no processo de formação identitária dos sujeitos. A partir da valorização do patrimônio as histórias locais possibilitam aos sujeitos protagonizarem suas memórias. A ausência de recursos didáticos pedagógicos que tragam esta perspectiva relevante abre margens no processo de promoção dos saberes.

Apesar de existir pesquisas deliberando sobre estas questões em âmbito nacional é difícil encontrar um material apropriado para o ensino da história local e da valorização patrimonial. Tem-se que garimpar e filtrar muitas informações para se conseguir encontrar algo eficiente, para se trabalhar em sala de aula. Na maioria das vezes tem-se que construir o que não é ruim, pois irá demandar o protagonismo dos sujeitos envolvidos, no entanto o tempo docente nem sempre corrobora para tal feito.

De acordo com Soares (2003), foi nos museus que inicialmente surgiu à metodologia para educação patrimonial como proposta de desenvolvimento de programas de didáticos, por meio do qual se objetivava que este método de ensino fosse adequado e implementado nas escolas.

4.1.2 A pesquisa

Segundo Godoy (1995) em seu trabalho: pesquisa qualitativa tipos fundamentais; é abordado as diferentes possibilidades em que se pode realizar a pesquisa qualitativa, sendo elas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Dessa forma diferentes caminhos podem ser percorridos já que a abordagem qualitativa não se apresenta de forma rígida e estruturada, permitindo assim o uso da criatividade imaginativa dos investigadores no processo de análise e estudo documental, pode-se examinar e reexaminar os materiais através de diferentes óticas, buscando novas interpretações em suas diversas naturezas.

Nesta pesquisa aborda-se a por meio da análise documental a existência ou não de conteúdos referente ao patrimônio cultural jardinese, Segundo Godoy (1995) existem três aspectos que merecem atenção no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa documental, podendo-se destacar, a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise, a escolha dos documentos não pode ser um processo aleatório, ela deve se dar por meio de um propósito, ideias, hipóteses. Portanto procuramos acessar documentos oficiais como leis e estatutos e livros construídos voltadas para a temática, histórica e patrimonial de jardim.

A proposta aqui apresentada pauta-se na leitura da educação patrimonial, em especial com um olhar decolonial, como fonte de promoção da formação identitária através de recortes sobre a história e memória de Jardim-Ceará encontrados em narrativas bibliográficas, visando a criação de um subsídio educativo através de uma cartilha que promova de forma didática o ensino do patrimônio cultural local.

Os métodos que foram escolhidos como proposta para o desenvolvimento desta pesquisa está balizado em três eixos, e são eles: a investigação da história da cidade, a identificação por meio das narrativas bibliográficas e percepções minhas; o que pode vir a ser configurado como patrimônio cultural do município e propor um produto educacional.

Procurei fazer um mapeamento da literatura encontrada sobre Jardim-CE e me surpreendi, negativamente, por não encontrar muito suporte literário sobre a temática, então utilizei-me dos poucos artigos e livros encontrados.

Infelizmente não consegui ter acesso aos documentos da prefeitura, pois quando procurei tal subsidio não obtive o direcionamento apropriado pelos servidores. Então priorizei o estudo por meio dos aspectos bibliográficos.

4.1.3 O estado da arte: A produção de material didático como promoção da Educação patrimonial de Jardim-CE

A educação patrimonial contribui para a formação identitária, pois promove o conhecimento das origens, de tudo que caracteriza a história e memória de um povo. A educação patrimonial promove o ensino da história, através do estudo, de artefatos, de monumentos, de documentos, da análise de narrativas, de tudo que venha a se configurar como patrimônio material e imaterial.

Conversando com membros do conselho municipal de educação, soube que não existe até então nenhum produto didático para promoção e ensino da educação patrimonial de Jardim - CE nas escolas. O que existe são ações didáticas promovidas por professores que se interessam pela temática, estas por sua vez ocorrem de forma isoladas conforme a logística escolhida por cada professor.

Sendo a educação patrimonial um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita aos sujeitos fazerem uma leitura de mundo do que lhes rodeia, além de lhes possibilitar compreender o universo sociocultural no qual está inserido, a mesma fomenta também a garantia da preservação e valorização multiplicidade cultural existente em nosso país. Dessa forma a garantia dessa pluralidade só vai se dá se mantivermos a promoção e valorização desses saberes.

A proposta de estudo e elaboração de um material didático nesse sentido é com a perspectiva de subsidiar o se fazer educação em sala de aula. Ainda não existe um material didático produzido com esse olhar, portanto a proposta surge a partir da ausência da não existência de material didático com este enfoque. Portanto o mesmo poderá contribuir grandemente para o desenvolvimento identitário dos estudantes, com o processo de construção do conhecimento, e com o processo de valorização e preservação da história e memória Jardenense.

Através da exposição de conceito, de memória, história, cultura, patrimônio material e imaterial, educação, objetivou-se apresentar de forma didática, um olhar, para o local, que nos relatos bibliográficos apontam um ar de reconhecimento, e pela influência que

apresenta no processo subjetivo do ideal identitário apresentados pelos moradores nas conversas informais que tive quando lá estive, no que diz respeito ao que a cidade conta por meio os bens materiais e imateriais que apresenta, o que vem a se configurar como patrimônio, em especial na visão decolonial de educação patrimonial, que tem um olhar para o patrimônio que foge da imposição hierarquizada de preservação e reconhecimentos dos bens, mas que parte do olhar identitário das sociedades para a forma como elas se relacionam com os espaços, e para os bens materiais e imateriais presentes em suas vivências cotidianas.

Dessa forma a busca pela preservação pode vir a acontecer através do perpasso identitário, daí a importância dessa proposta, exposta principalmente na visão decolonial elencando assim através de imagens fotográficas, a identificação desses bens que se destacam na história e na memória Jardimense. Na cartilha, portanto ter-se-á, um olhar que se soma ao que já se tem no contexto de história e memória local, mas apresentado de forma didática e organizada para que sejam assim apreciadas e trabalhadas em sala de aula.

4.1.4 A construção da pesquisa: a mediação entre fontes orais, documentais e bibliográficas

A memória é um ponto de partida ela, norteia vivências para nossa relação com o mundo, é um refúgio, um suporte, por vezes, esquecimento, nem sempre se faz tão presente, pois a vezes foge, mais delibera até mesmo o que se manipula nas sociedades civis de acordo com as relações de poder.

A memória ela está presente nas sociedades humanas, ela é parte da nossa humanidade e um dos elementos que nos torna humanos, mas a memória de falha muitas vezes, ela é demasiadamente subjetiva. A Memória é plural, mas ao mesmo tempo a memória é sempre suspeita pela história, pois se torna véu aos interesses dos jogos políticos, ou aos interesses de certo grupo intelectual. Muitas vezes ela aparece como uma resistência, vai além da memória institucionalizada que determina uma parte da história, as ações e vestígios históricos, que muitos fazem questão de não lembrar, como por exemplo, durante muito tempo se resistiu falar dos escravos no Brasil colonial e a injustiça histórica atribuída a eles e aos seus descendentes. Recuperar essa memória e o registro disso, de quem eles foram de onde vieram é muito importante. A memória está atrelada a uma prática também política. Ela é afetiva, é plural, existe uma memória coletiva, uma memória própria de cada grupo. Estudar a memória envolve a prática da investigação.

Segundo Farge (2011) é necessário se esforçar para conciliar as evidências o passado deve ser visto e analisado a luz do presente, a palavra é testemunho da memória. Ela traz a heterogeneidade dos fatos passados produzindo novas situações observáveis no momento em que se faz uso dela sendo assim quando expomos nossa opinião ou ouvimos narrativas de outros a respeito dos lugares políticos, passamos a reinterpretar podendo assim dar conotações diversas a respeito dessas informações.

Entender memória sobre determinado estudo de um patrimônio cultural implica compreender o que foi estipulado ali naquele patrimônio como memória, o que que foi evocado como memória a ser preservada por meio daquele patrimônio, e de que maneira que aquele patrimônio se vincula a história. Portanto deve-se entender e distinguir o conceito de patrimônio cultural natural, pois ele é um conceito que vem sendo construído coletivamente e politicamente.

4.1.5 As memórias de um lugar

A História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história, isso alarga seu campo de ação [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade [...]. Ela pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época (THOMPSON, 1992).

Para Bosi (1994) uma imagem construída pelos materiais disponibilizados no ambiente representa um conjunto daquilo que povoa a consciência e a memória através da lembrança, por mais nítido que pareça ser a lembrança de um acontecimento passado, ela já não vai ser a mesma pois ao rememorarmos no momento presente somos outros sujeitos, devido já ter havido uma alteração da percepção. Apesar das memórias serem alteradas ao longo do tempo, e apresentarem diferenças identitárias, elas continuam sendo valiosas, pois perpetuam de múltiplas formas as diferentes formas de pensar e viver em sociedade.

Segundo Oliveira (2019) o maior número de lembranças individuais vinculadas a um mesmo grupo social possuem pontos de conexão que darão coerência a história contada tendo a memória individual amparada pela memória grupal, assim sendo justificamos o fato de que as memórias aqui expostas através de vários recortes busca portanto fomentar neste estudo e necessidade de se promover através da educação patrimonial e de se criar um inventário para que tais bens elencados aqui venham ser tombados e reconhecidos devidamente pelos órgãos responsáveis. Bâ (2003, p.181) relata que,

a escrita é uma coisa e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

A oralidade dá poder a memória, a escrita é importante, mas através da fala se produz, se confirma e se desenvolve valores, pelo poder persuasivo que ela tem. A memória ganha vestígios identitários fortalecido ao passo que é perpassada de geração a geração isso fica bem narrativa do menino fula, no que diz respeito aos povos de tradição oral.

[...] a história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial, do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (THOMPSON, 1992, p. 26).

Nesse sentido a oralidade amplifica o processo de construção do conhecimento e saberes de um povo, pois ela configura-se em algo mais complexo que a escrita, para o autor a tradição oral vai enraizar os valores e princípios estabelecidos por uma sociedade, podemos destacar a partir daí que uma forma de se perpetuar tais valores e princípios na construção da memória, é por meio da Tradição.

A Tradição pode ser vista como algo imposto na exposição grupal, existem tradições com as quais não concordamos, mas ainda assim seguimos elas, porém, todavia sempre e às vezes significamos e ressignificamos, e o que mantém a essência da adoração é sabermos a sua origem, saber de onde ela vem, porque ela existe e por vezes continuamos vivenciando essa transmissão por sentir, por compreender, ou apenas para se sentir parte daquele grupo de onde surgiu a tradição e o seu sentido literal, sua transmissão.

As práticas costumes, ideias e valores transmitidos de geração em geração como uma superposição do tempo de uma repetição da lembrança dos sentidos e significados para uma pessoa de seu grupo, para uma pessoa ligada a um determinado lugar, podemos entender como memória, tudo isso caracteriza o nosso comportamento. Como o povo como grupo como comunidade, o ser humano é um ser relacional, e o faz com a memória que habita as coisas, os objetos, os lugares, as paisagens e as pessoas.

Como a identidade do ser humano é formada enquanto indivíduo e enquanto grupo, são as pessoas que detém e dão sentido a memória que se manifesta nas coisas e lugares, são

elas que preservam então a continuidade ao nosso patrimônio. O patrimônio é formado pelos tesouros de leitões guardados e expostos ao outro.

A exposição se dá pelas peças de memórias pelo saber, pelo modo de fazer pelo modo de ser, pela linguagem pelo modo de dizer. Há diferentes formas de conseguir enxergar a exposição oral como patrimônio. É preciso afinar os nossos olhares para com as particularidades de cada tradição, essas manifestações, essa aurora estética em que se realizam, elas buscam registrar o efêmero e fixar nas mentes, fatos, exemplos de pessoas e lugares.

O resultado desse processo é o legado cultural, a esse legado nos leva o conceito de identidade. Por meio do desenvolvimento identitário, conseguimos nominar vivenciar respeitar e valorizar a diversidade cultural que compõe os grupos de nossa cidade, os grupos de nosso estado, do nosso país.

No relato abaixo descrito por Leite em seu trabalho de pesquisa podemos observar a influência da oralidade no para fundamentar os elementos históricos que caracterizam a cidade:

Naquela sociedade dos engenhos, o lazer, tanto para os senhores quanto para os cambiteiros, era bastante precário. Os primeiros tinham o descanso em seus casarões junto de suas famílias, aos últimos, restava apenas o direito de aliviar o cansaço das longas horas diárias de trabalho consumindo a cachaça produzida nos próprios engenhos. Era costume deles tomarem uma “bicada” no final da tarde, ou promoverem uma bebedeira mais prolongada nos finais de semana. Além disso, havia os “forrós”, de finais de semana ou dos dias de festa na cidade: festa de Santo Antônio, o natal, o ano novo, o sábado de aleluia, eram datas muito festejadas. Lembrando que, como já mencionamos, nestas festividades havia uma separação entre ricos e pobres, pretos e brancos. As chamadas festas dançantes aconteciam em locais diferenciados. Isso porque as filhas dos proprietários de engenhos, ou de outros senhores da sociedade, não podiam passar pelo constrangimento de serem “tiradas para dançar” pelos cambiteiros. Os senhores de engenho, ou grandes proprietários, formavam a chamada aristocracia rural. Entretanto, sua influência encontrava-se também na cidade. Em suas mãos concentravam-se muitos poderes: o poder econômico, o poder político e a influência sobre a Igreja e as leis. Só eles tinham condições de formar seus filhos mandando-os para estudar em outras cidades, com o objetivo de se tornarem seus sucessores. Formavam também seus bandos de jagunços ou capangas para lhes garantir o poder, principalmente em épocas de eleições. A época dos engenhos deixou saudades. Mas o senhor Francisco Novaes pensa que não é possível sonhar com o retorno do funcionamento dos engenhos. Para ele, além da questão econômica, a crise da produção foi ocasionada também por fatores culturais e tecnológicos irreversíveis (LEITE; SANTOS, 2020, p. 13).

A maioria dos trabalhos e estudos publicados sobre o município se dá por meio de uma produção voltada a registros produzidos a partir da oralidade. No trecho acima podemos identificar o contexto histórico que prevalecia na caracterização identitária da sociedade da

época imperial que vivia e contribui para a fixação dos costumes e práticas culturais que ainda se reverberam como é o caso das festividades que resistiram dois séculos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a história local e torná-la parte do processo de ensino e aprendizagem é um desafio para educadores e para as políticas públicas, quanto menor o registro, a documentação e o acesso a essas informações deixadas pelos nossos ancestrais, torna-se mais difícil promover de modo mais efetivo essa proposta.

Para Charlot (2013), na sociedade moderna às rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual que se relaciona a partir dos meios de informação e comunicação e incidem com bastante força na escola aumentando, os desafios para torna-la uma conquista democrática, efetiva capaz de modificar as escolas em suas práticas e culturas tradicionais burocráticas que por intermédio da retenção e da evasão assentou a exclusão social, não é tarefa simples, o desafio é educar as crianças e jovens propiciando-lhe um desenvolvimento humano cultural, científico, e Tecnológico de modo que adquiriram condições para fazer frente às exigências do mundo contemporâneo sem perder a sua identidade, mas buscando sempre evoluírem como sujeitos participativos, críticos, zelosos.

Segundo Candau (2016) somos sempre condenados ao tempo, o tempo presente, geralmente agonizante por sua essência e concepção ao mesmo tempo em que está prestes a desaparecer no passado no momento mesmo em que se preanuncia o futuro. A memória nos dá uma ilusão, por meio dela o que passou não está definitivamente inacessível, pois podemos refazê-lo graças à lembrança. A reminiscência vai nos modelar, pois dialoga com as nossas vivências no processo de construção identitárias. Desbravando a trajetória da existência é que podemos perceber a complexidade do existir por meio dos inumeráveis desafios que sobrevêm ao longo da história de vida de cada um.

O patrimônio vem trazer a dimensão da memória, uma memória formada por identidades coletivas e por identidades individuais que se fortalecem e se contrapõem que hora perturbam e às vezes arruínam o sentimento de identidade. Quando ressignificadas podem elevar, rebaixar o memorial ao mesmo tempo em que se rejeita determinados aspectos que caracterizam a identidade, atual individual e coletiva. A memória pode também ser ainda observada de forma ontológica de forma, identitária, através da filogenética e entrecruzando-se de forma emergente. Ela é inevitável, ao passo que muitas vezes se dissolve.

Nesse sentido o patrimônio como objeto da memória desperta sobre a necessidade de se conversar, e se conversar buscando a valorizar, descrever, vestígios identitários com intuito de possibilitar a compreensão de que aquilo que se é construído e representado dentro

de um grupo e que remete ao processo de difusão histórica entre os sujeitos desse grupo deve ser analisado, sentido e salvaguardado.

Aprender a reconhecer nosso patrimônio material e imaterial, nos possibilita ressignificar os espaços para além do tempo, assim sendo podemos reconfigurar nossas ações, quanto às memórias que queremos produzir, pois somos os personagens e protagonistas de todo esse processo. Não se pode manter sociedades privilegiadas, bem contempladas ao longo da história é preciso promover mais equidade, ao longo do processo de despertar dos sujeitos na busca por tais transformações.

Para pensar, repensar, analisar contextos, interesses, definir a educação que queremos, mas numa definição muito bem fundamentada precisamos nos subsidiar não apenas de conteúdos, mas também de nossa história, para que saibamos que futuro queremos construir. As discursões e estudos feitos possibilitou a compreensão de que a educação brasileira vai sendo manipulada sempre para servir os interesses de uma classe dominante que se apropria e acultura povos. Precisamos encontrar formas de levar essas discussões, para a comunidade, pois é uma forma de aproximar mais a universidade das necessidades reais da população.

Aprender a reconhecer nosso patrimônio material e imaterial, nos possibilita ressignificar os espaços para além do tempo, assim sendo podemos reconfigurar nossas ações, quanto às memórias que queremos produzir, pois somos os personagens e protagonistas de todo esse processo. Alcançar as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, com a promoção da educação patrimonial é conseguir fortalecer e consequentemente preservar nossas raízes; que dará mais força e direcionamento no desenvolvimento da sociedade que objetivamos formar.

Ao identificar com mais propriedade objeto de estudo que foi sendo desenhado ao longo do meu processo formativo na pós-graduação mestrado apesar de o mesmo ter sido desenhado em minha mente, durante a minha experiência como professora de geografia enquanto lá estive, pude perceber que cada capítulo foi sendo construído tendo em vista fornecer um norte para a construção da cartilha.

A partir das leituras, dos fichamentos pude ir entendendo quais conceitos estudados iriam promover esclarecimentos contundentes com um viés teórico-metodológico que resultou na configuração desta proposta. A pesquisa inquietou o meu pensar e direcionou o meu olhar para buscar beber das fontes, documentais e bibliográficas o que me possibilitou a descoberta de grandes eventos, fenômenos e situações que se deram neste local tão singular. A diretrizes

encontradas referentes ao que vem a ser educação patrimonial - educação para o patrimônio, possibilitou esse olhar.

As contradições no processo de se fazer a educação no Brasil nos possibilita parar pensar e entender que na dinâmica de construção social encontram-se situações controversas, situações positivas, situações desafiadoras, mas que ao mesmo tempo nos referenciam e nos ajudam a compreender e promover novas perspectivas, nos levam a vislumbrar novas práticas e possibilidades.

Foi, portanto, de grande valia vivenciar essa experiência e promover essa pesquisa, que por sua vez precisa continuar caminhando para permanecer contribuindo com esse processo de construção e transformação de saberes. Saberes estes que despertam novos olhares e possibilitam novos vislumbres e práticas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Paulo Pereira. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015.166f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.
- AMARO, Regia. **Fatos e Fotografias - Jardim - CE**. 2020. Disponível em: <https://jardimemfotos.blogspot.com/2020/>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- ARARIPE, José Caminha de Alencar. Jardim, evocações históricas e suaves lembranças. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 105, p. 325-329, 1991.
- A RIQUEZA ECONÔMICA NO JARDIM IMPERIAL - CE. **A importância da preservação do patrimônio histórico de Jardim-CE**. 2017. Disponível em: <http://riquezadejardimce.blogspot.com/2017/12/a-importancia-da-presevacao-do.html>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Athas Athena, 2003.
- BATISTA, Célio Augusto Alves. **Breve historia dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados**. Fortaleza: INESP, 2020.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- CEARÁ EM FOTOS E HISTÓRIAS. **Criação do povoado de Jardim, Ceará**. 2012. Disponível em: <http://cearaemfotos.blogspot.com/2012/01/criacao-do-povoado-de-jardim-ceara.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- COUTINHO, Donatila Luiza Carvalho *et al.* A Coleção Paleontológica do Museu de Ciências Naturais e de História Barra do Jardim da Fundação Francisco de Lima. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 44, n.1, p. 1-11, 2021.
- DIAS, Isabella Cristina Galvan. **O uso de cartilha como ferramenta para promover a educação ambiental no ensino de Ciências**. 2018. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

DIOCESE DE CRATO. **Missa e procissão encerram festa do bom Jesus, em Jardim (CE).** 2020. Disponível em: <https://diocesedecrato.org/missa-e-procissao-encerram-festa-do-bom-jesus-em-jardim-ce/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jnaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GORGÔNIO, Luiz Ferreira. **História de Jardim: Suas Contradições e Seu Folclore.** Jardim/CE: Antena, 2007.

GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM - CE. **Secretaria de Cultura em parceria com o Governo do Estado do Ceará realiza a 127ª Festa dos Karetas (2017).** 2017. Disponível em: <https://www.jardim.ce.gov.br/informa.php?id=27>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.

GRUPO ECOLÓGICO DE JARDIM. **Bica do Toré.** 2010. Disponível em: <http://grupoecologicodejardim.blogspot.com/2010/08/fontes-naturais-do-municipio-de-jardim.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

HANSEN, João Adolfo. A Civilização pela Palavra. *In*: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca. **Hotel Barra do Jardim: Jardim, CE.** Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=436265&view=detalhes>. Acesso em: 20 novembro de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jardim (CE) Cidades e Estados IBGE.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/jardim.html>. Acesso em: 20 novembro de 2022.

IPECE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Mapa Municipal de Jardim – CE.** 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_Jardim_2019.pdf. Acesso em: 20 novembro de 2022.

IPECE - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil básico municipal do Crato.** Crato: Governo do Estado do Ceará, 2013.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 20 novembro de 2022.

LACERDA, Luciana Silveira. **A produção do espaço turístico no Cariri cearense: sociedade–cultura–natureza**. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Ceará, 2009.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. A bicentenária Jardim e a participação da Igreja Católica na construção histórica. In: XI ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL. 2017, Fortaleza – CE. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

LEITE, Maria Jorge S.; SANTOS, Hélio Jorge. Coronéis e cambiteiros: história dos engenhos de rapadura de Jardim Ceará. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA. 2010, Recife – PE. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONTE, Maykon Oliveira; FARIAS FILHO, Jose Almir. Plano diretor e sustentabilidade: uma análise do município de Jardim/CE. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 6, n. 3, 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alve. **Ser-tão romeiro: a memória hierofânica do catolicismo popular sertanejo e sua espacialização em Juazeiro do Norte-CE**. 2019. 207f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RIBEIRO, L. T. F. Questões Atuais sobre a Reforma Curricular. In: RIBEIRO, Luís Távora Furtado; RIBEIRO, Marco Aurélio de Patrício. **Temas educacionais: uma coletânea de artigos**. Fortaleza: Coleção Diálogos Intempestivos, Edições UFC, 2010.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Aspectos da crise econômica e social atual e a educação. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE, 7. ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO/PE. SIMPÓSIO GESTÃO DA EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA, 2., 20 a 22 de agosto de 2012, Recife. **Anais...** Recife: 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANTOS JÚNIOR, José Roberto. **Jardim, O casarão do Cel: Napoleão Franco da Cruz Neves e a localização estratégica das casas grandes**. In: BLOG CARIRI DAS ANTIGAS. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/jardim-o-casarao-do-cel-napoleao-franco-da-cruz-neves-e-a-localizacao-estrategica-das-casas-grandes/>. Acesso em: 3 de novembro de 2022.

SANTOS, Elisângela. **Jardim (CE):** Extrativismo do pequi é celebrado por famílias da Chapada do Araripe. 2014. In: BLOG CARIRI. Disponível em: <https://www.blogcariri.com.br/2014/01/jardim-ce-extrativismo-do-pequi-e.html>. Acesso em: 3 de novembro de 2022.

SILVA, Josier F. *et al.* **Barbalha, História, paisagem e memória:** contribuições ao patrimônio edificado. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2021.

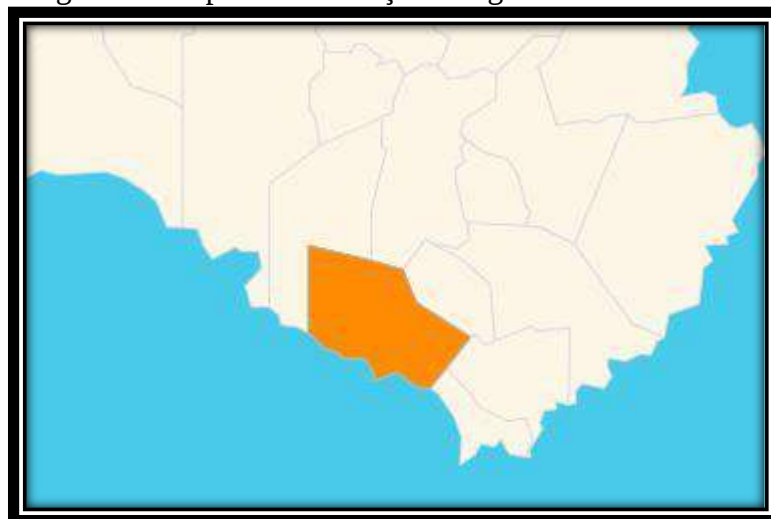
SOARES, A. L. R. **Educação Patrimonial e Educação Popular:** Um viés possível Anais do 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire UPF, Passo Fundo. Rio Grande do Sul: FAED Faculdade de Educação, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

ULISSES, Ivaneide Barbosa. **Caretas:** festa e performance dos Brincantes da cidade de Jardim- CE. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ANEXO A – IMAGENS DA REGIÃO DE JARDIM - CEARÁ

Figura 1 - Mapa da localização Geográfica – Fonte IBGE



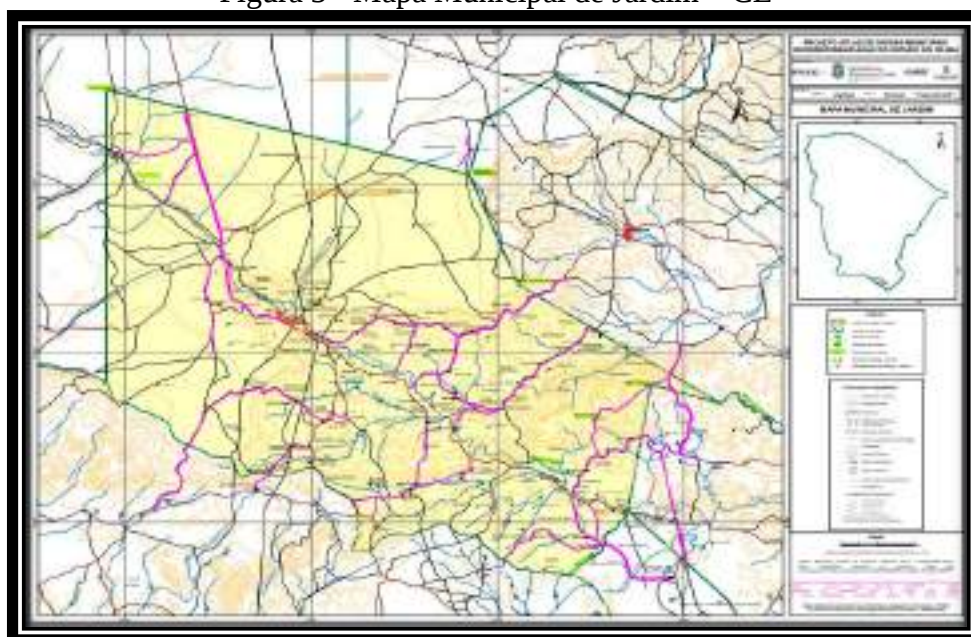
Fonte: (IBGE, 2022).

Figura 2 - Imagem de Satélite do território municipal de Jardim – CE



Fonte: Google Earth (2022).

Figura 3 - Mapa Municipal de Jardim – CE



Fonte: (IPECE, 2022).

Figura 4 - Brasão do município de Jardim – CE



Fonte: (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM – CE, 2017).

Figura 5 - Hotel Barra do Jardim – Ano de 1984



Fonte: (IBGE, 2022).

Figura 6 - Igreja Matriz Vista do Cruzeiro Pe. Cícero



Fonte: (CEARÁ EM FOTOS E HISTORIAS, 2012).

Figura 7 - Casarão do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 8 - Casarão do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 9 - Casarão do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 10 - Casarão do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 11 - Casarão do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 12 - Visita de Lampião a casa do Cel Napoleão Franco da Cruz Neves



Fonte: Santos Júnior (2021).

Figura 13 - Aspectos Geomorfológicos



Fonte: (AMARO, 2020).

Figura 14 - Aspectos Geomorfológicos



Fonte: (AMARO, 2020).

Figura 15 - Aspectos Geomorfológicos



Fonte: (AMARO, 2020).

Figura 16 - Ladeira que dá acesso a Serra da Boa Vista



Fonte: (AMARO, 2020).